



Unioeste - Toledo

UNIOESTE

Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Toledo.

ANDRÉ LUIZ DE SOUZA

**INTERNACIONALIZAÇÃO DAS AGROINDÚSTRIAS E O FIM DA COOPERAÇÃO:
ESTUDO DE CASO DA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LAR**

TOLEDO-PR

2012



UNIOESTE

Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Toledo.

ANDRÉ LUIZ DE SOUZA

**INTERNACIONALIZAÇÃO DAS AGROINDÚSTRIAS E O FIM DA COOPERAÇÃO:
ESTUDO DE CASO DA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LAR**

Trabalho de conclusão apresentado ao Curso Ciências Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, como requisito parcial para obtenção do Título de licenciado em Ciências Sociais.

Professor Orientador: Dr. Eric Gustavo Cardin

**TOLEDO-PR
2012**

FICHA CATALOGRÁFICA

Biblioteca da Universidade Estadual do Oeste do Paraná

SOUZA, André Luiz de,

Internacionalização das Agroindústrias e fim da Cooperação: Estudo de caso da Cooperativa Agroindustrial Lar. Monografia de conclusão do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais/UNIOESTE-Campus Toledo, 2012.

1 Cooperativismo, 2 Parceiros, 3 Relações de Trabalho Precarizadas, 4 Capitalismo .

TERMO DE APROVAÇÃO

ANDRÉ LUIZ DE SOUZA

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS AGROINDÚSTRIAS E O FIM DA COOPERAÇÃO: ESTUDO DE CASO DA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LAR

Trabalho de conclusão de curso aprovado como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, pela banca examinadora formada por:

Orientador: Professor Dr. Eric Gustavo Cardin

UNIOESTE

Professor Dr. Miguel Ângelo Lazzaretti

UNIOESTE

Professor. Dr. José Alfonso Klein

UNIOESTE

Toledo, _____ de _____ de 2012.

DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho a todos
os professores que
contribuíram para a construção
do sujeito que sou.*

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Eric Gustavo Cardin, orientador desta monografia, por todo empenho, sabedoria, compreensão e, acima de tudo, exigência. Gostaria de ratificar a sua competência, participação com discussões, correções, revisões e sugestões, que fizeram com que conseguíssemos concluir este trabalho. Agradeço, principalmente, pela confiança, mais uma vez depositada, no meu trabalho de monografia.

Aos meus familiares, que sempre me deram amor e força, valorizando os meus potenciais.

Aos meus pais João e Santa pelo incentivo ao estudo desde o início da minha vida.

A todos os meus amigos e amigas, que sempre estiveram presentes, aconselhando-me e incentivando com carinho e dedicação.

A todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a execução deste trabalho.

“afirmo que iniciei a minha aprendizagem sociológica após seis anos, quando precisei ganhar a vida como se fosse um adulto e penetrei, pelas vias da experiência concreta, no conhecimento do que é a convivência humana e a sociedade”

Florestan Fernandes

RESUMO

Esta pesquisa apresenta um estudo sobre os impactos da reestruturação da Cooperativa Lar na inserção no mercado internacionalizado de produtos e mercadorias. Foram utilizados os métodos disponíveis nas ciências sociais, de forma qualitativa, para identificar a essência dos fenômenos sociais. Assim, demonstra-se que a referida cooperativa vem se adaptando à lógica do capitalismo neoliberal, implantando e reestruturando-se com as formas de organização da produção. Com isso, colocou os agricultores parceiros na condição de meros prestadores de serviços, decorrente do particionamento do processo produtivo. No campo brasileiro cresce o uso do trabalho infantil, haja vista que não há uma fiscalização, nem das empresas e cooperativas que explora a produção agrícola, nem dos órgãos governamentais. Assim, quando parte da produção é lançada para serem realizados no interior das propriedades rurais, onde quanto mais e melhor produzir, maior será o lucro final. Nesse sentido incentivando os agricultores a envolverem seus filhos e filhas, muitas vezes com idade escolar, no árduo trabalho produtivo. O trabalhador parceiro tornou-se num terceirizado da cooperativa e os trabalhadores que trabalham nas colheitas, coleta, apanha e criação, verdadeiros quarteirizados do sistema produtivo. Ambos, sem a regulamentação estatal e sem fiscalização. Os trabalhadores urbanos, operários, submetidos aos trabalhos extremamente precários, deslocados por meio de ônibus do interior para os frigoríficos, são submetidos a trabalhos destinados a pessoas de baixa escolaridade e (simplórios), extremamente repetitivos, que conseqüentemente impactam em vários danos a saúde física. Com tudo isso, o estudo busca caracterizar os elementos que levam a essa adaptação da Cooperativa à lógica internacional das relações de trabalho. Como resultado dessa adaptação destrói-se os valores mais importantes da classe trabalhadora, altruísmo, solidariedade coletiva, democracia e tomada de decisão dos cooperados no destino da cooperativa.

Palavras Chaves: Cooperativismo, Parceiros, Relações de trabalho precarizadas.

ABSTRACT

This research presents a study on the impacts of restructuring in Cooperative *Lar* internationalized market insertion of products and goods. We used the available methods in the social sciences, in a qualitative way, to identify the essence of social phenomena. Thus, it is shown that this cooperative has been adapting the logic of neoliberal capitalism, deploying and restructuring themselves with ways of organizing production internationalized. With this, farmers put partners on condition of mere service providers, due to the partitioning of the production process. In rural Brazil grows the use of child labor, given that there is no oversight, no businesses and cooperatives that explore agricultural production, or government agencies. So when some production is launched to be performed within the farms where more and better produce, the greater the profit end, just encouraging farmers to engage their sons and daughters, often with school age in hard work productive. The worker has become a partner of the cooperative and outsourced workers who work in crops, gathering, harvesting and creation, real “*quarteirizados*” productive system. Both the state without regulation and without supervision. Urban workers, laborers, subjected to extremely precarious jobs, moved by bus from the inside refrigerators, are subjected to work with little schooling and boobs, extremely repetitive, which consequently impacts on various damage physical health. With all this, the study aims to characterize the factors that lead to this adaptation of cooperative international approach to labor relations. Truly putting an end to altruism, collective solidarity, democracy and decision making in cooperative destination of the cooperative.

Key Words: Cooperatives, Partners, precarious employment relationships.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Distribuição da Indústria na Mesorregião Oeste do Paraná.....	37
Gráfico 02 – Evolução de Associados.....	40
Gráfico 03 – Distribuição Funcionários.....	42
Gráfico 04 – Faturamento.....	43
Gráfico 05 – Faturamento Por Setor.....	43
Gráfico 06 – Geração de Impostos.....	44

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Áreas de Concentração e Esvaziamento Demográfico do Paraná	29
Quadro 02 - Agroindústria do Paraná no Ano de 2000	30
Quadro 03 - Mapa Das Unidades Industriais De Frigoríficos do Oeste Paranaense .	36
Quadro 04 – Cláusula do contrato de parceria	46
Quadro 05 – Cláusula do contrato de parceria	47
Quadro 06 – Recorte do contrato - Cláusula Segunda.....	48
Quadro 07 – Recorte do contrato – Cláusula Sexta	49

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Periodização da Agroindústria	21
Tabela 02 – Estrutura Fundiária	40
Tabela 03 – Empregos	41
Tabela 04 – Escolaridade	41
Tabela 05 – Investimentos	44

LISTA DE SIGLAS

CAI. Complexo Agroindustrial.....	19
CAI's. Micros-complexo Agroindustriais.....	20
PND. Plano Nacional de Desenvolvimento.....	32
IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.....	33
Fetaep. Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Paraná.....	33
Coopervale. Cooperativa Agrícola Mista Vale do Piquiri Ltda	34
Coopagro . Cooperativa Agropecuária Mista Oeste.....	34
Coamo. Coamo Agroindustrial Cooperativa.....	34
Coopagril. Cooperativa Agroindustrial Copagril.....	34
Cotrefal. Cooperativa Agropecuária Três Fronteiras Ltda.....	34
Lar. Cooperativa Agroindustrial Lar.....	34
Coopacol Cooperativa Agrícola Consolata.....	34
Coopavel. Cooperativa Agropecuária de Cascavel.....	34
Cotriguaçu Cooperativa Central Regional Iguaçu –Ltda.....	34
Sudocoop.Cooperativa Central Agropecuária Sudoeste Ltda.....	34
FIEP. Federação das Indústrias do Estado do Paraná.....	34

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. O PROCESSO DA AGROINDÚSTRIA NO BRASIL E NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ	18
1.1. O Cooperativismo Agroindustrial no Brasil.	21
1.2. O Desenvolvimento Agroindustrial no Paraná	26
1.3. As Agroindústrias no Oeste Paranaense.	31
2. A COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LAR	39
2.1. Organização do Trabalho	45
2.1.1. Produtores rurais integrados	46
2.1.2. Industrialização	49
2.2. A Internacionalização do Mercado e as Novas Configurações do Cooperativismo nos Moldes Adotados na Lar	51
3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	66

INTRODUÇÃO

Este trabalho analisa os elementos que caracterizam a formação agroindustrial no Oeste do Paraná, busca um paralelo com o que ocorreu no Brasil no mesmo período, em particular o surgimento e a estruturação das Cooperativas Agroindustriais Paranaenses, neste caso a Cooperativa Lar. Assim, demonstra as relações existentes entre a economia local e o cenário social formado no entorno deste ramo econômico agroindustrial. No decorrer deste trabalho foram utilizados os instrumentos e métodos que as ciências sociais disponibilizam.

Percebe-se desde logo que houve um processo gradativo de afastamento dos princípios norteadores que formaram e fundaram as Cooperativas Paranaenses, quais sejam: a solidariedade, a fraternidade, melhor qualidade dos produtos, melhor armazenamento e conservação, e ajuda mútua entre os agricultores. Gradativamente tais aspectos foram substituídos pelos princípios e fundamentos econômicos do capitalismo, transformando as antigas cooperativas em grandes empresas de capitais financeiros, longe das preocupações altruístas e solidárias.

O estudo se propõe a caracterizar o fenômeno de desvio de princípios que ocorreu com a Cooperativa Lar. Desde o início a identifica-se hipótese de que a empresa passa gradativamente a ser uma empresa de capitais, cada vez mais vinculada ao mercado capitalista internacional, abandonando a solidariedade, e a ajuda mútua entre cooperados e adotando os mesmos princípios das empresas de capitais. Neste sentido, é possível afirmar que tais mudanças também ocorreram com as demais cooperativas agroindustriais paranaenses.

Para alcançar este entendimento partiu-se da seguinte temática central - Internacionalização das agroindústrias e o fim da cooperação: estudo de caso da Cooperativa Agroindustrial Lar -, destacando a internacionalização das relações de mercado como responsáveis pela mudança de paradigma ocorrido com as cooperativas agroindustriais e demonstrando os impactos causados desta nova configuração nas relações de trabalho e socioeconômicas, dos envolvidos nas atividades exploradas pela referida cooperativa. Para problematizar o assunto, buscou-se resposta para seguinte pergunta: há uma tendência da internacionalização das relações econômicas neoliberais que repercutem nas relações de trabalho, a ponto de precarizar e desregular o mercado de trabalho?

Para responder o problema levantado, partiu-se de três hipóteses. Na primeira considera-se que a Cooperativa Lar gradativamente se inseriu na lógica do capitalismo internacional e tal inserção resultou em implicações diretas no seu perfil original de cooperativa e, por tal razão, mudou de paradigma. Pois o processo de internacionalização da produção e da distribuição das mercadorias aliadas às indústrias multinacionais de insumos fez com que mudasse os princípios que a fundou, implantando novos modelos de gestão e de produção e, inserindo a produção agrícola diretamente aos interesses financeiros das empresas internacionais que exploram o mercado de insumos.

A segunda hipótese parte da afirmativa contrária, de que a Cooperativa Lar, embora tenha se inserido gradualmente no mercado capitalista internacional, ainda resguarda-se nos princípios originais do cooperativismo, fundados na solidariedade e na ajuda mútua dos cooperados. Por meio de tais princípios, a Cooperativa Lar está conquistando espaço no mercado internacional por meio da exportação de sua produção, sem descaracterizar os princípios do cooperativismo original existentes em sua fundação.

Partindo de tais hipóteses, utilizando-se dos métodos e instrumentos de análise disponibilizados pelas ciências sociais, foram estudados tais fenômenos e suas implicações. Partiu-se das complexas relações sociais e econômicas vinculadas, para confirmar uma das hipóteses iniciais da pesquisa. Assim, avaliando as principais implicações positivas e negativas para as relações sociais dos envolvidos e as relações econômicas inerentes, no que convergem e no que divergem.

De mais a mais, o objetivo maior foi o de investigar a inserção da Cooperativa Lar no mercado internacional, evidenciando que a guinada empresarial nos moldes do capitalismo neoliberal, forçou o abandono dos princípios do cooperativismo. Transformando-se numa empresa que busca o lucro pelo lucro, como qualquer empresa de sociedade de capitais. Demonstrando especificamente a gradativa inserção das cooperativas agroindustriais no capitalismo internacional, caracterizando o processo ocorrido e seus impactos positivos e negativos.

A empresa, segunda cooperativa que nasceu no Paraná, foi fundada em agosto de 1964 ainda com o nome de Cotrefal, hoje com sede em Medianeira. Essa transformou-se numa gigante no setor econômico Agroindustrial. No seu balanço de

2010, percebe-se o tamanho e importância que essa cooperativa adquiriu ao longo de sua existência.

O trabalho foi estruturado em três capítulos. No primeiro, abordou o processo que conduziu para o surgimento das agroindústrias no país. Neste capítulo aprofunda-se a identificação histórica dos fatos para demonstrar como se deu o surgimento, a importância, os meios utilizados na produção das cooperativas no Paraná e na Macrorregião Oeste do estado. No segundo capítulo, demonstra-se como a Cooperativa Lar surge nesse cenário e apresenta dados dos balanços da empresa. Demonstrando-se sua força econômica e a importância dela no impacto socioeconômico nas forças produtivas envolvidas. Por fim, faz-se uma análise e discussão sobre os aspectos internacionais da economia, reestruturação produtiva e relações de trabalho, advindas com as políticas neoliberais. Com isso, caracterizando a inserção da Lar nesse cenário, caracterizando a sua opção pela nova ordem neoliberal e os impactos dessa opção.

Diante disso, passa-se a apresentar o trabalho, para o fim trazer nas considerações finais, confirmar-se ou não as hipóteses levantadas, conforme passa-se a tratar.

1. O PROCESSO DA AGROINDÚSTRIA NO BRASIL E NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ

No intuito de observar o contínuo processo de reprodução do capital que vem provocando modificações importantes nas relações cidade/campo, a pesquisa realizada buscou apresentar e discutir o processo de reorganização fundiária e de expansão da agroindústria no Brasil. De modo geral, as atividades deste setor da economia vêm reconstruindo o espaço rural ao impor sua lógica e suas relações econômicas, sustentadas pela modernização e pelo crescimento do trabalho assalariado no campo.

Cada vez que a sociedade passa por um processo de mudança, as relações sociais e políticas também mudam, em ritmos e intensidades variadas. A mesma coisa acontece em relação ao espaço e à paisagem que se transformam para se adaptarem às novas necessidades da sociedade. Assim, o objetivo do texto é analisar a expansão das cooperativas na região oeste do Paraná e a relação entre as cooperativas e o capital internacional representado pelas multinacionais do setor.

Antes de focalizar a atenção para a realidade paranaense é importante observar como ocorreu o desenvolvimento rural do país, para subsidiar comparações e uma aproximação com a temática. Segundo Elias (2002), a formação de micro-complexo agroindustrial¹ ocorre em três momentos: o primeiro caracteriza-se pela mudança da base técnica das atividades agropecuárias a partir da década de 1950, momento em que se inicia a propagação das inovações químicas e mecânicas; o segundo é caracterizado pelo processo de “industrialização da agricultura” em meados da década de 1960, com a formação dos vários “complexos agroindústrias”² e, por fim, o terceiro, onde ocorre a incorporação de capitais e a valorização das novas formas de se organizar entre os diferentes setores da economia.

Sem embargo, a modificação na dinâmica da agricultura brasileira reside em

¹ O termo Micro Complexo Agroindustrial é utilizado pelos autores A. Kageyama, J. Graziano da Silva refere-se aos Complexos Agroindustriais completos, incompletos, às atividades agrícolas modernizadas e também as artesanais, que se formam dentro do Macro Complexo Econômico, como por exemplo, os que ocorrem em torno da metalurgia, que engloba desde o produtor artesanal de produtos para os veículos aos complexos empresariais que abrangem desde a extração do minério até a fundição de peças para uma linha de produção de veículos.

² O termo Complexo Agroindustrial tem sido utilizado para rotular articulações entre os setores agrícolas e industriais que vem ocorrendo na agricultura brasileira.

processo histórico de passagem do “complexo rural³” para uma nova dinâmica de integração dos setores agropecuários com a industrialização. Neste contexto, o primeiro complexo a ser considerado é o rural, que compreende o período que vai do Brasil Colonial até 1850. Tal formatação era simples e estava na dependência das flutuações do comércio exterior, em função da existência de um mercado interno incipiente. No interior das “fazendas” produziam-se os equipamentos necessários para a produção e a alimentação necessária à subsistência e a dinâmica do complexo rural. No entanto, quando ocorria a queda do preço no mercado externo, todos os recursos da exploração eram deslocados para atividades internas com objetivo de assegurar a subsistência da força de trabalho e a reprodução das condições materiais da unidade produtiva.

No período entre 1850 e 1945, a transição para o trabalho livre, a formação do mercado interno, o processo de substituição de importações e a emergência do novo complexo cafeeiro paulista promoveram a crise no modelo até então existente. Este foi um longo processo que ganhou impulso em 1850, se acelerou na década de trinta e se consolidou na década 1950, com a internacionalização das indústrias produtoras de bens de capital. Em outros termos, podemos sinalizar que a decomposição do complexo rural iniciou-se em 1850 com a Lei de Terras e a proibição do tráfico negreiro, terminando com implantação do Departamento Produtor de Bens de Capital e Insumos para Agricultura em bases industriais modernas (SILVA, 1996).

Sobre o mesmo assunto, Mazzali (2000) admite a formação ordenada dos Macro-Complexos Agroindustriais⁴ e considera a existência de apenas dois períodos: o primeiro ocorre a partir de 1950 e é definida pelos processos de universalização das inovações tecnológicas através da integração indústria–agricultura e pelo predomínio da ação do estado orientador, marcando a formação de um passo mais avançado de integração da agropecuária à indústria; o outro momento, que se define a partir dos anos de 1980, que marcado pelo aperfeiçoamento da atuação estatal e por um processo de reestruturação do segmento industrial como um todo, levando à organização em rede. A noção de organização em rede obriga as cooperativas a

³ O termo Complexo Rural caracteriza-se essencialmente pela incipiente divisão do trabalho no interior das unidades produtivas que pensava somente o setor produtivo voltado a uma única fonte fim, a exportação de produtos primários, ainda em vigência para muitos setores da agricultura brasileira (café, açúcar, borracha).

⁴ O termo Macro-Complexos Agroindustriais corresponde a um espaço econômico caracterizado pela homogeneidade da base técnica. Apresenta sistema ou cadeias agroindustriais pela integração tanto a montante com a jusante do setor agrícola.

repensarem os limites da empresa individual, colocando acento nos diversos tipos de articulação com outras unidades, os quais impelem ao desenvolvimento de relações complexas.

A maior contribuição para a construção do conceito de complexo agroindustrial (integração com a indústria), com inúmeros estudos realizados no Brasil, sem dúvida foi a de Müller (1989). Segundo ele, a gênese e a expansão do setor no Brasil, foram inspiradas nas noções de *agrobusiness* e de *filièr*. Isso perpassa a abordagem de apenas integração, passando a se formar grandes cadeias industriais, como trigo/moinhos, fumo/cigarros, soja/indústria de oleaginosas. Além disso, explicita o autor que a industrialização do campo brasileiro é um fenômeno novo e que a agricultura industrializada imprime a direção do devir de toda a agricultura nacional (MÜLLER, 1982, p. 47).

O processo de industrialização da agricultura ocorreu de maneira vinculada a um mercado com fortes características oligopólicas. Para Müller foi nesse contexto que se constituiu no Brasil essa integração agropecuária/indústria, que em um primeiro momento foi definido como o conjunto de processos técnico-econômicos, sócio-políticos, que envolvem a produção agrícola, o beneficiamento e sua transformação, Como também a produção de bens industriais para a agricultura e os serviços financeiros correspondentes (MÜLLER, 1982, p. 48).

Resumindo, para os autores indicados até o momento, os setores agrícolas são agregados em complexos a partir de fluxos de compra e venda que realizam entre si. Que gradativamente vão se tecnificando e formando um gigante setor da economia, um macro-complexo agroindustrial. Esse é visto como um elemento de uma estrutura maior conformada pelas várias integrações agropecuária/indústrias em toda a economia, aparecendo como um conjunto de atividades fortemente articuladas. Porém, é o único complexo que não está centrado nas atividades industriais.

Müller (1989) aponta que a formação e integração de agropecuária/indústrias são verdadeiras representações das relações intersetoriais articuladas entre indústria/agricultura/comércio/serviços. Nesse sentido, ele afirma que "na medida em que o CAI se apresenta como a morfologia destas relações, ele permite evidenciar a especificidade de uma rede de relações" (MÜLLER, 1989, p. 27).

Uma terceira periodização da agroindústria é oferecida por Graziano (1996), que considera a historicidade em sucessão de mudanças, dividindo-a em

modernização da agricultura, industrialização da agricultura e constituição dos complexos agroindustriais, etapas, que segundo o autor, ocorreram da seguinte forma:

Tabela 01 - Periodização da Agroindústria

Período	Atividade
1850	Atividades agropecuárias e manufatureiras, predomínio de grandes latifúndios.
1850 a 1980	Complexo rural e início do complexo cafeeiro.
1890 a 1930	Complexo cafeeiro, surgimento das primeiras agroindústrias.
1930 a 1960	Mercados nacionais, internacionalização do setor industrial de base químico, siderúrgico, metal-mecânico.

Fonte: Silva (1996).

A perspectiva de Graziano (1996) traz o entendimento dos fatos que antecederam 1930 e mostra como surgem às agroindústrias, as quais serão posteriormente integradas ao processo de modernização/industrialização do setor agrícola. Além disso, permite explicar as minúcias inerentes a cada processo de territorialização das agroindústrias, pois esses processos são correlativos ao tipo de complexo agroindustrial no qual elas se inserem.

1.1. O Cooperativismo Agroindustrial no Brasil.

Levando-se em consideração os apontamentos realizados até o presente momento, fomentamos a base inicial para a discussão dos Micros - CAI's. A trajetória da agroindustrialização no país praticamente iniciou com a integração da agropecuária com a indústria. Tendo com fundamental importância nesse processo, as cooperativas, considerando-as como uma superação daquilo que ocorreu no passado, no qual se pensava a agropecuária apenas como "conjuntos de atividades desenvolvidas nas fazendas colônias, baseados nas economias naturais, com uma pequena divisão do trabalho" (BORGES, 2006, p.31).

Naquele modelo existia uma agricultura mais próxima da natureza, tudo o que era necessário à produção de determinado produto era ali adquirido como meios de produção e os bens intermediários. A dinâmica era simples e geralmente a produção se organizava em torno de apenas um produto, o qual se destinava ao mercado externo. No complexo rural não há inter-relação entre as unidades de produção. No

interior das fazendas produziam-se produtos manufaturados e instrumentos simples de produção. A divisão do trabalho era rudimentar. A maior parte dos bens era de uso, e, portanto, não se destinava ao mercado.

O modelo primário tinha sua economia baseada na força de trabalho escrava e com a abolição do tráfico negreiro sua estrutura começou a desmoronar. A transição para força de trabalho assalariada foi o que trouxe a diferenciação inicial entre as produções agrícolas existentes nos diferentes pontos do país. Como afirma Borges (2006), no Rio de Janeiro os cafezais foram liquidados. No Nordeste, os antigos escravos permaneciam nas propriedades como “moradores de condição”. Em Minas Gerais e Espírito Santo surgem as relações de parceria e a constituição de grande contingente de pequenas propriedades dedicadas à produção de alimentos para abastecer as cidades e a Capital Federal. Em São Paulo, a partir de 1870, se estabeleceu um novo regime de trabalho, o colonato (BORGES, 2006, p.32).

Assim, formou-se em São Paulo um complexo cafeeiro com pouca especialização produtiva, pois na fazenda ainda eram produzidos alguns insumos e meios de produção. Com isso, o mercado interno começou a se entusiasmar. A maior divisão do trabalho, concomitante ao crescimento urbano e, consequência, com a dilatação das demandas por serviços e bens, essas que passaram a ser atendidas por atividades que emergiam fora das fazendas, foram determinantes. Formaram-se setores e territórios independentes ligados às atividades rurais, como as indústrias, montadas na cidade. Mas que atendiam às necessidades da agricultura e aquelas com características urbanas, como a indústria têxtil.

Com a ampliação das atividades urbanas entre 1890 e 1930 surgem outros setores destinados a atender o complexo cafeeiro (setor artesanal de máquinas e equipamentos, oficinas de reparo de manutenção). Destacando-se o aparecimento das primeiras agroindústrias de óleo vegetal, açúcar, álcool e da atividade industrial voltada para o beneficiamento de produtos agropecuários, como frigoríficos na região sul e indústrias têxteis na região Sudoeste.

Entre 1930 e 1950, o café ainda era o principal produto de exportação brasileira, que esteve marcada pela inércia e dependência, devido à crise de superprodução de alcance mundial ocorrida em 1929. Tal fato levou o governo a investir na industrialização do país. O modelo de substituições de importações (criação de infra-estrutura e de indústrias de base) foi adotado pela política econômica governamental, possibilitando ao país o desenvolvimento de um parque

industrial. De acordo Müller (1989, p. 32), “o período mencionado, a agricultura ficou à margem do processo de industrialização, com mercados e estruturas regionais fortemente alicerçados”. A transição para a economia industrial se completou, entretanto, apenas no final da década de 1970.

No intermédio do desenvolvimento industrial baseado na produção de bens de capital e incentivado pelo Estado, que favorecia a entrada de capitais externos pela excursão de políticas agrícolas, industriais e de ocupação do território. Subsidiadas com capital internacional e por meio das exportações, o Brasil se integrou a nova ordem econômica mundial. De modo geral, ocorria à expansão da economia capitalista com difusão do capital transnacional, a criação de um sistema global de produção industrial, o grande aumento da demanda de certos bens “in natura” semi-elaborados e industrializados e o expressivo crescimento das atividades comerciais.

No entanto, por ser capaz de reproduzir uma grande quantidade de fluxo de mercadorias, de capitais e de informações, a indústria foi o agente dinamizador da economia nacional. Segundo Moraes e Costa (1993), sendo a produção industrial um modo avançado de criação de riquezas, a diversidade e a intensidade de relações que ela define entre todas as esferas da produção a colocam em posição central nas valorizações dos espaços particulares. Portanto, a industrialização do país abriu novas possibilidades à realização do capital no território nacional. O Brasil, entre os anos 1919 a 1961, consegue aumentar a produção das indústrias dinâmicas em aproximadamente 35%, deixando claro uma mudança na estrutura da produção industrial. Entretanto, com a industrialização crescente, o país passou a depender cada vez mais do capital estrangeiro, que investe apenas em indústrias lucrativas.

Na década 1960, a agricultura brasileira experimentava a mudança da base técnica através de sua articulação com a indústria produtora de insumos e de bens de capital agrícola. E também com a indústria processadora dos produtos agrícolas, as denominadas agroindústrias. É por meio dessa incorporação que se formam os Complexos Agroindustriais, onde atividades que eram poucos valorizadas e dispersas passaram a integrar uma genuína cadeia produtiva. Portanto, a agricultura torna-se cada vez mais dependente dos setores específicos da indústria e reduz a correlação em relação aos recursos naturais, tornando-se competitiva.

Segundo Graziano (1996), durante a década de 1950 ressurgiu uma nova agroindústria, que não pode ser considerada mero prolongamento da agroindústria do início do século. A partir daí não é mais a agroindústria que comanda a dinâmica

industrial como um todo. Ao contrário, a agroindústria passa a depender diretamente do desenvolvimento do setor industrial de máquinas e equipamentos para si própria e para a agricultura (GRAZIANO, 1996, p.31).

O autor salienta que nessa década havia um conjunto de condições macroeconômicas e políticas internas que possibilitaram uma mudança qualitativa no padrão de desenvolvimento da agricultura. Em especial pela posição que ela passava a ocupar no padrão geral de acumulação do país. Essa mudança qualitativa concretizou-se nos Complexos Agroindustriais e no processo de fusão/integração de capitais intersetoriais pelo capital financeiro (GRAZIANO, 1996, p.29).

Como está sendo demonstrado, o complexo industrial forma-se “a partir da integração técnica intersetorial entre as indústrias que produzem para agricultura, agricultura propriamente dita e as agroindústrias processadoras” (SILVA, 1996, p.36). Nesse sentido, a agricultura brasileira passou a se desenvolver atrelada à economia urbano-industrial, destacando-se dois fatores que marcam o processo: 1) a indústria e o crescimento urbano e das exportações e; 2) a internacionalização do pacote tecnológico referente aos princípios da “Revolução Verde”⁵.

O padrão imposto contribuiu para a modernização/industrialização da agricultura brasileira, aumentando a produção, mudando as tradições alimentares da população e as relações produtivas no campo. Essa situação faz surgir novos problemas (naturais e sociais), ampliando e mantendo velhos “cânceres” do agrário brasileiro, como a concentração de terra, a pobreza no campo e a dependência (Borges, 2006, p.38). É interessante ressaltar que, uma vez que ocorreu a implantação dos setores industriais voltados à produção para agricultura, ocorreu também no espaço urbano, a produção capitalista, no caso a agroindústria localizava-se na cidade, e não no campo.

Observa-se que por meio do financiamento das atividades agrícolas, o Estado veio a ser o principal agente a impelir a modernização. Fato considerado tanto na abordagem da formação do macro-complexos industriais quanto dos micro-complexos industriais, já esmiuçados anteriormente. Sua efetividade ocorreu por meio de políticas financeiras estatais . O provável interesse do Estado era incentivar um caráter dinâmico da economia por meio do aumento do consumo interno da produção

⁵ A revolução verde trouxe a modernização pela alteração da base técnica da agricultura, por meio de um pacote tecnológico de inovação físico-química, biológica e mecânica, concretizando a integração indústria-agricultura.

industrial e de vários outros setores. Com isso, o Estado veio a promover a incorporação de capitais multisetoriais, financiamento e articulando interesses diversos. Entre eles, industriais, comerciais e bancários, o que levou o aumento do grau de concentração de produção.

Tal acontecimento se intensifica com o advento do fenômeno de globalização da economia capitalista. Incentivada pelo surgimento de novos centros econômicos e pela abertura dos mercados, às trocas materiais, financeiras informacionais em nível mundial, caracterizando-se pelo fortalecimento das políticas neoliberais, juntamente com alianças oligopólicas. As mudanças tecnológicas também contribuíram para isso. No entanto, a nova ordem econômica mundial com a crise estrutural ficou marcada pela instabilidade e incerteza. Essa realidade exigindo das empresas maior dinamicidade, com uma produção rápida, diversificada e atualizada para conquista de mercados novos.

Como afirma Elias (2002), a reestruturação produtiva da agropecuária no Brasil se dá na conquista de mercados internacionais de produtos alimentares industrializados ou semi-industrializados. A partir da hegemonia do neoliberalismo e do toyotismo, transformou-se também, as tradicionais formas de distribuição e consumo de produtos agropecuários. Cada vez mais, a produção para o autoconsumo é substituída pela economia de mercado, em função das demandas urbanas e industriais, visando à produção de mercadorias padronizadas para o consumo em massa. Globalizando e aumentando a taxa de internacionalização da agropecuária brasileira, sendo as multinacionais os agentes mais poderosos deste processo (ELIAS, 2002, p.27).

Todavia, essas estratégias não são necessariamente assumidas em conjunto entre todos os setores agroindustriais. Nesse processo, é possível observar-se ajustes em cada complexo agroindustrial, de acordo com as oportunidades dadas aos agentes, o que expressa a conformação atual da agroindústria/agronegócio numa concentração de interesses entre as organizações e seus membros com o Estado (GRAZIANO, 1996). Com isso, o desenvolvimento da agroindústria do Estado do Paraná, e em particular na sua região oeste possui suas especificidades e ritmo próprio.

O Brasil, desde o início da década de 1990, optou pelo agronegócio. O campo brasileiro se adaptou ao mercado internacional e às políticas neoliberais, aprofundando-se no governo Fernando Henrique Cardoso e se intensificou nos

governos Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff. Nessa nova conjuntura agrária o campo passou a ser gerido pelas empresas rurais, nas quais se intensifica a tecnificação, com o domínio das empresas multinacionais na exploração das *commodities* agrícolas. Nesse contexto, o país fez uma opção pela intensificação da produção das monoculturas, ganhando maior espaço nos financiamentos públicos para o cultivo da soja e da cana-de-açúcar.

1.2. O Desenvolvimento Agroindustrial no Paraná

O início de um “esboço” do processo de industrialização no Paraná tem suas raízes ainda no período do ciclo da erva-mate. A chegada de imigrantes europeus contribuiu na composição dessa fase inicial da indústria, caracterizada pelo beneficiamento e empacotamento da erva-mate, aliada à exploração da madeira e da produção do café, na região norte do estado. No entanto, é preciso enfatizar que o processo de ocupação econômica do território paranaense seguiu direcionamentos distintos, no tempo e no espaço, por meio de incursões e fluxos não muito definidos (OLIVEIRA, 2001, p.24).

A evolução da estrutura agrária no Paraná aponta a existência de sete grandes fases no processo de ocupação. A primeira, seria no período escravo-indígena, iniciado com estabelecimento de reduções jesuíticas e abrangendo várias regiões com as iniciativas espanholas de catequização, indo até o período da ação dos bandeirantes paulistas. A segunda fase, é denominada de mineração e foi marcada pela busca de ouro, entre o final do século XVI e nesse momento, há o surgimento dos primeiros povoados portugueses no litoral paranaense, como consequência da mineração e, com o seu esgotamento, estabeleceu-se uma agricultura de subsistência.

Essa fase foi sucedida pelo Tropeirismo, que ocorreu em áreas de campo presentes em cidades como Ponta Grossa, Palmas e Guarapuava. Essa ocupação foi influenciada diretamente pela passagem dessas tropas vindas do Rio Grande do Sul, a partir do início do século XVIII (eram condutores de produtos e animais do sul do país para São Paulo e Sudeste do país).

A partir de então a produção de erva-mate, que se origina no período colonial, representou importante atividade. Sobretudo, durante o século XIX e no início do século XX. Além da exploração para o consumo interno, ela atraiu capitais

estrangeiros e passou a compor a pauta de exportações no Paraná. As instalações de madeiras até as primeiras décadas do século XX ilustram bem o momento. Tal exploração atingiu o norte paranaense no momento de desmatamento com introdução da lavoura cafeeira, Enquanto a erva -mate proporcionou a exploração inicial com a presença de capitais estrangeiros.

A cafeicultura ganha espaço no Paraná a partir da crise da economia ervateira e do avanço da economia madeira. A cultura cafeeira foi predominante efetuada no norte do Paraná, quase que como uma extensão do café paulista. Porém, como a ocupação do norte paranaense se realizou em três épocas distintas, a própria regionalização do norte foi compartimentada. Assim, o chamado “norte velho” foi o primeiro espaço ocupado (nas áreas entre os rios Itararé e Tibaji) pelos pioneiros. Entre Tibaji e Ivaí (Norte Novo) predominou a colonização dirigida. (KONZEN e ZAPORELI, 1990, p. 159-161).

Recentemente, o espaço rural entrou na fase “soja, policultura e pecuária”. A partir dos anos de 1950 teve início uma diversificação da agricultura paranaense com o plantio em escala comercial de algodão, milho, feijão, cana-de-açúcar, amendoim, rami, fumo, hortelã e soja. Além disso, também houve a intensificação em algumas regiões (como nordeste, oeste e sudoeste) da criação de bovinos e suínos. No caso da soja, a exportação dessa cultura foi extraordinária a partir da introdução da mecanização e da adoção das novas tecnologias (novas variedades de sementes, adubos, agrotóxicos, enfim, todo conjunto de insumos da chamada “revolução verde”).

Obviamente, essas fases da economia paranaense, resumidas na estruturação da produção agrícola, não se sucederam, uma suprimindo por completo a outra. Na realidade, houve sempre a presença das atividades simultâneas, mas de modo que a crise de uma elevasse a participação e a hegemonia de outra. O esgotamento de uma atividade, ainda que nunca por completo, se daria então como um processo de ascensão da produção da outra. Atualmente, nota-se a atividade ervateira e madeira ainda presentes em certas regiões do Paraná. Porém, num contexto diferente da época em que possuíram um papel decisivo nos intuitos da constituição da autonomia econômica estadual.

Durante o século XX, o Paraná conclui seu processo de ocupação econômica com esgotamento da fronteira agrícola, passando de um estado com forte poder atrativo de população, no período do auge da cafeicultura para umas das unidades da

federação brasileira que tiveram menor crescimento populacional, entre os anos 1980 e 1990. No entanto, salientam Magalhães e Kleinke (2000), neste período são alteradas as relações de produção e de trabalho no campo, desestabilizando as condições rurais de sobrevivência e expulsando enormes contingentes populacionais. O Paraná passa, assim, a construir uma das principais áreas expulsoras de população do país.

Analisando o caráter “periférico” da economia paranaense em relação ao Rio Grande do Sul e São Paulo, notamos que fatores e interesses externos direcionam todo o processo de ocupação afetando diretamente a mobilidade populacional. Há um crescimento na área dos estabelecimentos rurais, após 1970 em todas as regiões do Paraná. Demonstrando a conhecida associação entre a concentração fundiária, a introdução de lavouras modernas e a urbanização (KONZEN e ZAPAROLLI, 1990, p. 162-168).

Ao observarmos os resultados da ação econômica no espaço rural do Paraná, chegamos à constatação de uma paisagem completamente modificada pelos processos de transformação da estrutura produtiva e fundiária. No cotidiano atual da paisagem rural paranaense, passaram a coexistir com processos produtivos globais de exploração e de conflitos sociais. Esses últimos, espelhados em bóias-frias, agricultores familiares, trabalhadores sem terra, assentamento rurais, agrovilas, simultâneos à ampliação das atividades econômicas e de trabalho rural não agrícola (MORO, 2000, p.335).

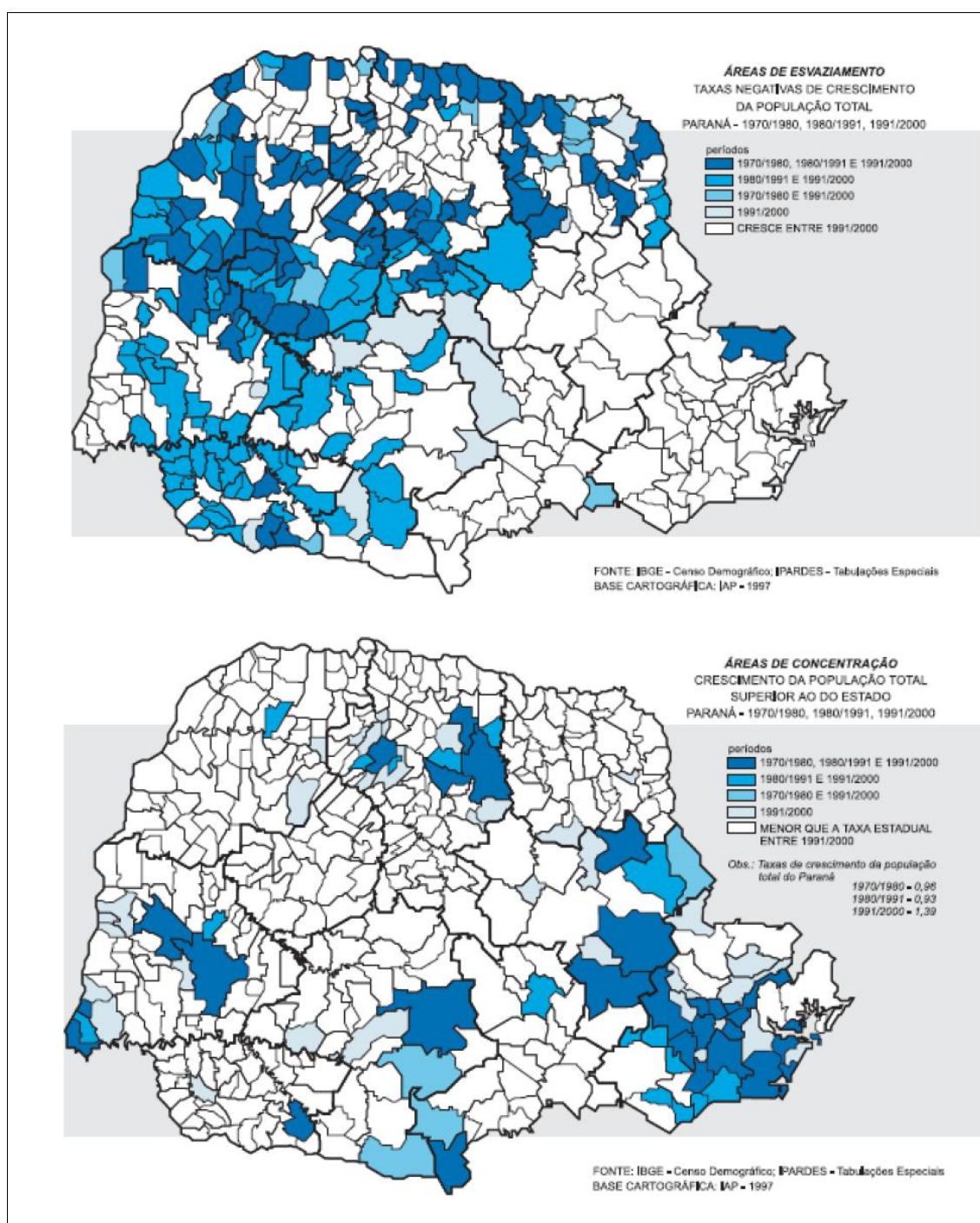
Temos então a clara visão das transformações territoriais promovidas pelos processos que atingem o campo no Paraná. Do ponto de vista da territorialidade, prevalece a variável econômica, no meio rural como definidora da paisagem. O reflexo está nas redefinições das atividades produtivas, nos processos de modernização agropecuária na agroindustrialização e na seletividade ou concentração espacial das atividades. A estrutura gerada em torno da produção chamada “moderna” exige adaptações das regiões onde é implantada, o que inclui as vias de escoamento.

O comportamento demográfico também produz profundas transformações territoriais e paisagistas no estado do Paraná. O estado transformou-se em área de intensa migração, especialmente das populações rurais, justamente devido às alterações que foram introduzidas nas relações de trabalho nas atividades agropecuárias. O estado tornou-se em três décadas, de principal foco de atração de

migrantes em unidade da federação com menor crescimento populacional, na década de 1990.

Nessa lógica, observamos que, depois de desencadeado o processo de industrialização, há um afluxo de população, que passa a apresentar forte crescimento demográfico, o qual, por sua vez, traz consigo um aumento do consumo de bens e serviços, o que atrai atividades produtivas, conforme demonstra a figura a seguir.

Quadro 01 - Áreas de Concentração e Esvaziamento Demográfico do Paraná

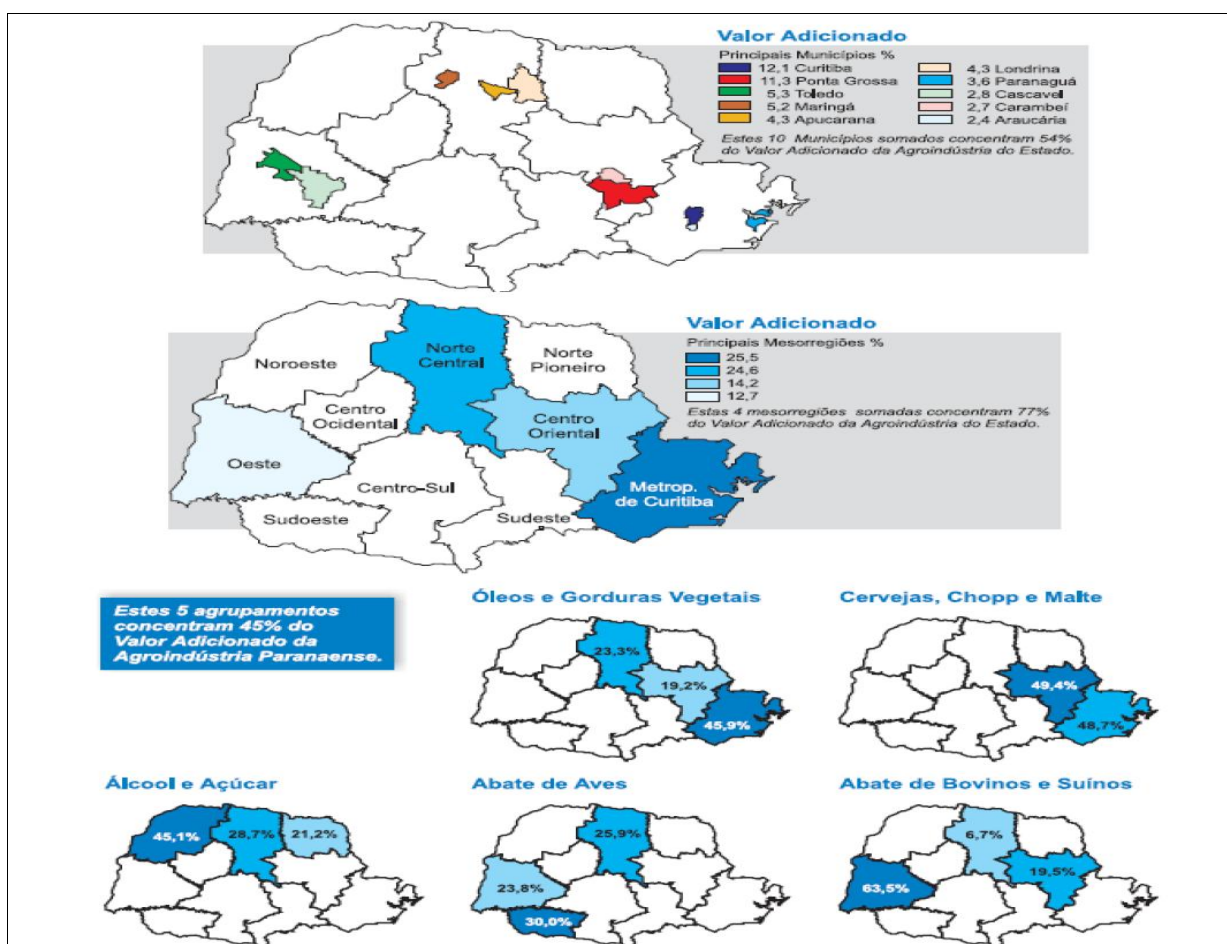


Fonte: IparDES, 2003.

Durante a década de 1980, se concluem no Paraná, as instalações dos complexos agroindustriais e a modernização daqueles que já existiam. Os principais anos dessa década marcam um período de dinamismo agroindustrial. Com o crescimento do valor adicionado à agroindústria, mas com uma maior concentração das atividades, como nas indústrias de transformação de cereais, abate de animais e preparação de carnes (PERREIRA, 1995, p.41).

A agroindústria de alimentos paranaense é, sobretudo, representada nas últimas décadas, pelo setor agroalimentar. Vários municípios paranaenses possuem unidades de indústria alimentar. No entanto, a sua distribuição não se dá, na atualidade, de forma concentrada no território, haja visto que estão praticamente em todas as regiões do estado, conforme a figura abaixo demonstra.

Quadro 02 - Agroindústria do Paraná no Ano de 2000



Fonte: Ipardes, 2003.

Nos anos de 1990, investimentos em setores como de carnes foram constantes, ainda que o valor gerado seja alto, em termos de volume de exportações.

Tais setores seriam numericamente reduzidos dentro do total de exportações da economia paranaense diante do que se viu de investimento comparado ao que o complexo da soja detém, e por sua vez, foi alçado ao posto de principal produto.

Outras culturas não tiveram a mesma estabilidade, nos níveis de participação e nos volumes de produção, devido às constantes oscilações no mercado que têm promovido modificações na estrutura produtiva (NOJIMA, 1996, p.145). No entanto, o Paraná teve seu território explorado economicamente em vários momentos, atingindo de forma segmentada os diferentes espaços regionais. Em cada região, o impacto na paisagem foi sentido de modo característico àquela parte do território.

Aliado às políticas agrícolas da opção pelo agronegócio, o Paraná também intensificou a opção pela gestão empresarial no campo. Com isso, no estado, avançou a produção da monocultura, ganhando maior destaque à soja, liderando a produção agrícola. O neoliberalismo avançou no campo, fato que gerou grandes conflitos sociais no início da década de 1990, onde os agricultores familiares foram esmagados. Os que sobreviveram à pressão tornaram-se produtores de matéria prima para as grandes cooperativas. As pequenas cooperativas, não ajustadas à lógica empresarial, foram à falência pelo esvaziamento da agricultura familiar e por falta de financiamentos públicos para fomento.

1.3. As Agroindústrias no Oeste Paranaense.

A colonização empresarial no Oeste do Paraná, atrelada aos interesses econômicos e políticos nacionais, se caracterizou pela apropriação e organização do espaço a partir dos interesses das companhias colonizadoras e pelo desenvolvimento de uma produção agrícola não apenas para a subsistência, mas para o mercado, que garantiria a renda ao pagamento das terras. Assim, havia uma sintonia de interesses das companhias colonizadoras com a política governamental e os objetivos dos migrantes.

O Estado encarava o desbravamento do campo como premissa necessária para o processo de industrialização, posto que implicasse uma absorção mais intensa das matérias-primas produzidas pela agricultura. Para ele, ceder grandes áreas devolutas às companhias colonizadoras, mediante pagamentos simbólicos, seria um incentivo que se reverteria na ocupação do solo, na sua produção e inserção à economia nacional (FREITAG, 2000, p, 81).

Assim, o Estado abre mão do lucro na venda da terra aos pequenos, que ficou para os empresários (colonizadores), mas em compensação recebe sem ônus para os cofres públicos, o espaço organizado e dotado de toda a infra-estrutura que vai viabilizar a meta maior, o estágio desenvolvimentista. Tal meta torna-se viável, primeiramente através do giro interno do capital financeiro oriundo da mercantilização da terra e da incorporação ao processo produtivo, via incremento de uma agricultura para o mercado, responsável maior pela expansão do capitalismo no campo (SERRA, 1992, p.89).

No Oeste do Paraná, o projeto da Colonizadora Madeireira Rio Paraná (MARIPÁ) se tornou representativo. O seu modelo de colonização foi adotado por outras empresas, dentre elas, aquela que viabilizou a comercialização dos lotes de terra no município de Palotina, a Companhia Pinho e Terras Ltda. – fundada em 1946, com sede em Céu Azul – Paraná (FREITAG, 2001).

A Companhia Pinho e Terras Ltda. ao selecionar seus corretores escolheu os religiosos da Congregação de São Vicente Pallotti, que atuavam em Santa Maria, no Rio Grande do Sul e desejavam expandir o catolicismo para outras localidades (FREITAG, 2001). De acordo com a mesma referência, se destaca a importância dos padres no sentido de atrair e dar segurança aos colonos no desenvolvimento da agricultura, pois, eram comuns as bênçãos das lavouras e as procissões para afastar a seca ou para cessar a chuva.

No entanto, a colonização do oeste do Paraná tinha dois objetivos centrais: 1) nacionalizar a área, que durante o século XIX e início do XX esteve ocupada pelas “obrages”⁶ e; 2) priorizar a expansão das fronteiras econômicas, em especial as “fronteiras agrícolas”, centrado no esforço e no sentido de ampliar o crescimento dos setores que pudessem contribuir no aumento das exportações. Entre esses elementos centrais havia outras justificativas, como a de abrir caminhos para a expansão do capital e para a colonização gaúcha.

A colonização aplicada no Oeste do Paraná está vinculada ao conjunto de transformações nacionais, em nível de urbanização e de industrialização, quando se acentuava o movimento migratório de caráter interno. Nesse caso, significou o estabelecimento de descendentes de italianos e alemães procedentes do Rio Grande

⁶ Empresas argentinas, que representavam geralmente os capitalistas ingleses, que se estabeleciam em território brasileiro, com a finalidade única de explorar nossas reservas florestais de madeira e erva-mate para o abastecimento do mercado platino.

do Sul e de Santa Catarina. A repartição era feita em pequenos lotes de terras destinados à agricultura. Devido às altas taxas de fecundidade e às conseqüentes partilhas de propriedades, os agricultores estavam sendo “expulsos” das antigas colônias do Rio Grande do Sul, estimulando a infiltração de migrantes no Sudoeste e Oeste do Paraná.

Historicamente, a região Oeste constitui a última fronteira de ocupação do estado, pois, sua localização distante da porção leste (onde se iniciou o povoamento do Paraná) e a quase ausência de infraestrutura de comunicação interligando-a ao restante do estado. Esse são fatores que justificam o isolamento e a baixa densidade populacional por tanto tempo.

Em decorrência das frentes de ocupação, dos novos habitantes e de suas experiências de trabalho, a região oeste se encontrava toda ocupada na década de 1960. Porém, essa ainda passaria por contundentes transformações na estrutura agrária e na produção agrícola, oriundas da modernização da agricultura. À medida que o projeto de colonização se consolidava, mais migrantes chegavam aos municípios, à área cultivada se expandia e a produção dos agricultores era comercializada. No entanto, os agricultores ou colonos enfrentavam dificuldades, tais como: falta de estrutura para armazenar e comercializar a produção, ausência de assistência técnica, de fornecimento de insumos e de preços baixos.

A partir de 1965, o governo militar concedeu crédito subsidiado para a agricultura, o que determinou a mecanização das terras, a adoção de culturas temporárias e a formação das cooperativas. Essas últimas, previstas nos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND) como instrumentos da “modernização da agricultura”, fato que esse, responsável por muitas transformações na vida dos agropecuaristas no Oeste do Paraná.

A eficácia dessa ação conjugada influenciou para que o fenômeno da modernização tecnológica da agricultura fosse tão representativo na região Oeste, e especialmente, na micro-região de Toledo, onde se encontram os processos mais extensos e intensos de modernização no estado. A dinâmica econômica da micro-região de Toledo está mais voltada para o agronegócio, o que faz com que o potencial agroindustrial seja sua principal alavanca de desenvolvimento.

No município de Palotina, a produção de soja se constituiu numa tradição impulsionada por incentivos econômicos e propícias condições de solo, clima e topografia. Em 1980, o município recebeu o título de Capital Nacional da Soja, em

razão da grande produtividade. Conforme Fleischfresser (1988, p.153), “a soja paranaense é o produto representativo da modernização da base técnica da agricultura que, devido à adoção de meios de produção de origem industrial, intensifica as desigualdades socioeconômicas entre os produtores”.

O pacote tecnológico fez com que o desenvolvimento da agricultura dependesse cada vez mais de investimentos de capital e menos da estrutura fundiária, da força de trabalho familiar e da policultura de subsistência. A repartição das terras durante a colonização havia criado a pequena propriedade, mas a mudança na exploração agrícola fez voltar à grande propriedade. Em outras palavras, o alto custo da utilização de insumos modernos inviabilizava os pequenos agricultores. Pois, a eles, foi imposto o mesmo modelo de exploração dos grandes proprietários, porém, com margens de lucro questionáveis.

No caso em questão, o planejamento das companhias colonizadoras representou uma estratégia de venda, essas vendiam lotes menores em vista do poder aquisitivo dos compradores. O objetivo das colonizadoras era vender rápido para recuperar os próprios investimentos, já que havia o comprometimento do prioritário com o capital privado. Após cumprir a tarefa de repartição, comercialização e aplicação de alguma infraestrutura, as empresas colonizadoras findavam suas obrigações. Isso significa que os agricultores ficaram a mercê das transformações que desencadearam o processo de “modernização da agricultura”, fomentado pela ação conjugada do Estado, das cooperativas agropecuárias e das agroindústrias privadas.

É importante ressaltar que mesmo diante de inúmeras dificuldades enfrentadas (altos custos de produção, insuficiência de crédito rural, etc.), os pequenos proprietários coexistem com os grandes proprietários, essas procuram alternativas econômicas e sociais que possibilitem sua reprodução social. Para Rolim (2005), no Paraná do *agrobussines* estão presentes todas as incoerências da agricultura brasileira: desde os chamados agricultores modernos até os excluídos do processo de modernização tecnológica; da agricultura empresarial à agricultura familiar, como ainda os marginalizados.

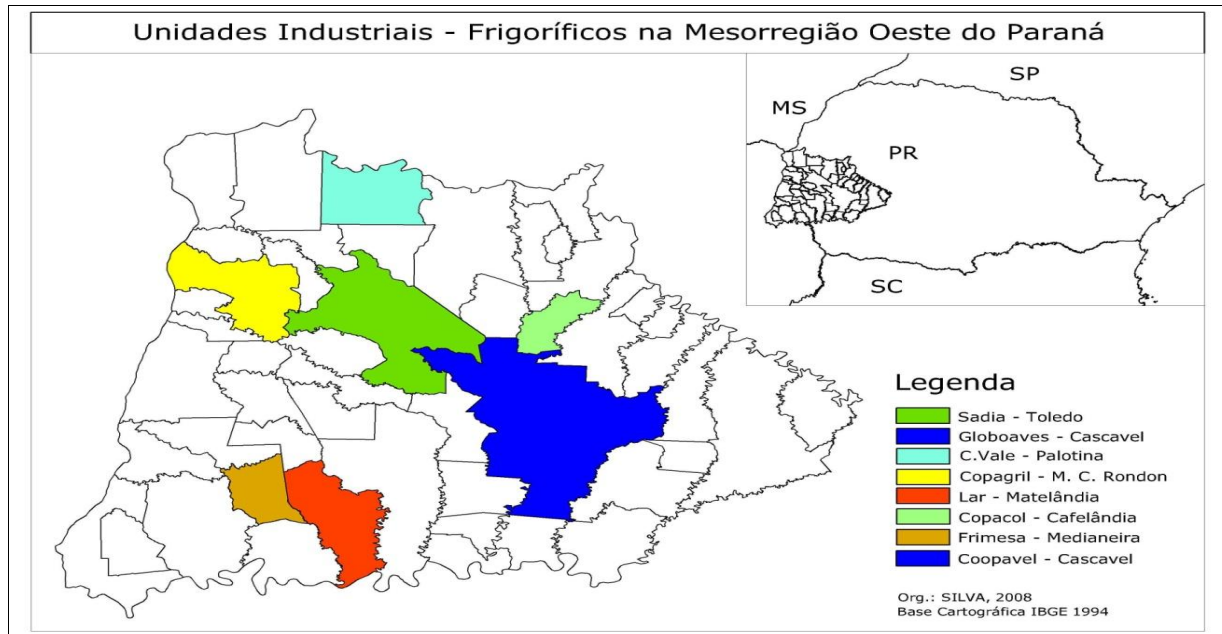
Entretanto, há uma parcela maior de estabelecimentos agrícola inferiores a 50 hectares. Em outras palavras, mesmo que a especialização produtiva ou a monocultura mecanizada tenha provocado desemprego da força de trabalho no campo e ameaça a viabilidade das pequenas propriedades, principalmente entre

1970 e 1980, um número significativo de estabelecimentos que constituem a categoria de agricultores familiares permaneceu. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Paraná tem mais de 80% de suas propriedades classificadas como pequenas e médias, no entanto a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Paraná (Fetaep) estima que o Estado tenha 300 mil agricultores familiares.

De acordo com Delgado (2001), reduzir um ponto de vista ao binômio latifúndio-minifúndio é usar termos que há muito tempo não são generalizáveis, pois se exclui uma grande massa de pequenos produtores tecnificados e completamente integrados ao sistema de agroindústria. Os produtores associados e integrados à agroindústria, daí se verifica o papel das cooperativas, quando se caracterizam pela função comercial, mas que, com o passar do tempo, se desenvolveram direcionadas ao projeto de agroindustrialização, efetivado na década de 1990.

Em síntese, em 1980, por exemplo, a Coopervale apresentava uma estrutura que a posicionava como a maior organização cooperativista do Oeste do Paraná – na safra 1987/1988. A Coopervale recebeu e comercializou 12,7 milhões de sacas de grãos, contra 10,1 milhões da extinta Coopagro (atual Coamo, de Toledo), 4,9 milhões da Coopagril (Marechal Cândido Rondon), 4,5 milhões da Cotrefal (atual Lar, de Medianeira), 4,2 milhões da Coopacol (Cafelândia) e 3,6 milhões da Coopavel (Cascavel) (COOPERVALE, 1988).

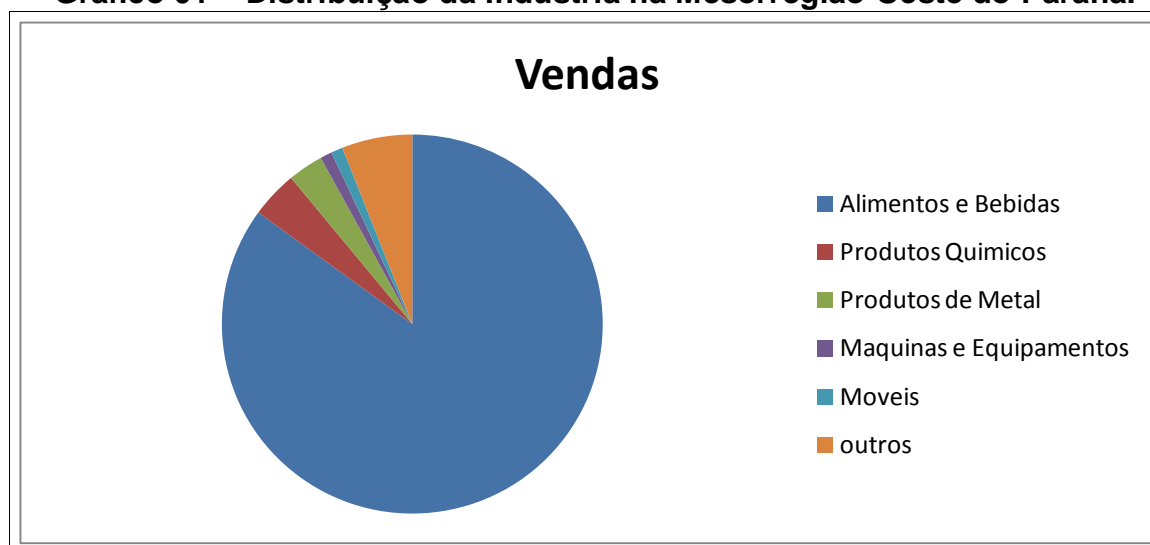
Quadro 03 - Mapa Das Unidades Industriais De Frigoríficos do Oeste Paranaense



Fonte: IBGE 1994

Cooperativas estruturadas em torno da soja deram origem às principais agroindústrias da região Oeste (frigoríficos, laticínios, moinhos, fábrica de ração, de óleo de soja etc.). Atualmente, observamos a existência das seguintes cooperativas: Cooperativa Agropecuária de Cascavel (Coopavel); Cooperativa Agroindustrial Lar, com matriz em Matelândia; Cooperativa Agrícola Consolata (Copacol), sediada em Cafelândia; Coopagrill, com sede em Marechal Cândido Rondon; e duas cooperativas centrais Cotriguaçu e Sudcoop.

Em 2004, uma publicação da FIEP (Federação das Indústrias do Estado do Paraná) demonstrou, por meio de um catálogo das indústrias paranaenses, algumas informações que evidenciam o perfil e a vocação econômica de cada região do Paraná. Nesse sentido, explicita, por exemplo, que na Mesorregião Oeste do Paraná (Gráfico 01) há uma maior concentração de indústrias de alimentos e bebidas (CAETANO, 2004).

Gráfico 01 – Distribuição da Indústria na Mesorregião Oeste do Paraná.

Fonte: CAETANO, 2004 - Gazeta do Paraná, n.4327, p.06.

Para Caetano (2004) a maioria dos investimentos significativos ocorridos na região oeste, especialmente no setor industrial, está vinculada à agroindústria e às cooperativas agropecuárias e foram beneficiados pela política governamental. A liderança das cooperativas agroindustriais, diante do caráter competitivo dos grandes grupos econômicos, acompanha o ritmo de expansão do setor agropecuário, estimulando os investimentos em tecnologia e difundindo uma cultura empresarial entre os agricultores. Diante desse processo que ocorreu na agricultura, dentre elas a tecnificação dos métodos de produção, se faz necessário novas práticas de condutas em relação ao processo de desenvolvimento econômico.

Na agricultura empresarial, o agricultor age como um empresário administrador que tem o controle de tudo, tendo também nessas áreas as tecnologias de ponta. O objetivo é que o agricultor seja “autônomo” de sua produção nos contratos de venda, trava de preços e entre outras. O intuito é que o agricultor movimente sua economia de forma lucrativa quanto a empresa.

O conhecimento de que as cooperativas podem coordenar contratos e suas respectivas produções agropecuárias (de maneira a reduzir riscos e agregar valor), abre inúmeras possibilidades de eficiência do ponto de vista econômico e das estratégias empresariais. Assim, os conservadores princípios cooperativistas, embora aparentemente antagônicos aos constantes desafios econômicos e estruturais do mercado, são incorporados “harmonicamente” como um diferencial ou um aspecto que assegura a existência da cooperativa. Porque preserva a imagem da empresa como organização honesta e vantajosa. Desta forma, a manutenção da cooperativa

desempenha um elo de função econômica e política.

Para melhor explicitar essas relações, a pesquisa passa a analisar a formação da Cooperativa Lar, desde seus aspectos históricos, organizacionais, produtivo, trabalhista e comerciais. O objetivo é demonstrar os impactos produzidos na mudança de paradigma, de uma Cooperativa que visava no trabalho cooperado, uma melhor viabilidade econômica dos agricultores associados, para uma empresa internacionalizada pelo mercado de capitais através de complexas integrações, que partem de uma agroindústria (micro) a uma célula de uma grande rede (macro) global, vinculada a poderosas empresas transnacionais de insumos, de tecnologias de ponta, bancos e bolsas de valores ao redor do planeta.

2. A COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LAR

A atual Lar, com sede em Medianeira, foi fundada no município de Missal e recebeu a denominação Cooperativa Agrícola Sipal Ltda (COMASIL⁷). Conforme Marschal (2005), em 1971, a COMASIL transferiu a sua sede para Medianeira - município com melhores condições de comunicação, continuando sua expansão segundo as orientações do Projeto Iguaçu de Cooperativismo (PIC). Em 1973, teve sua razão social adaptada à nova área de abrangência, passou a ser Cooperativa Agropecuária Três Fronteiras (COTREFAL).

A partir de 1980, com a rápida expansão da cultura da soja, a cooperativa iniciou um processo de diversificação, incrementando suas atividades com a aquisição da massa falida da indústria de processamento de soja Oleolar, empresa detentora da planta industrial e da marca de óleo de soja Lar (MARSCHAL, 2005, p.91).

Segundo Marschal (2005), a partir de 1998, a cooperativa inaugura várias unidades agroindustriais (de leitões, de vegetais, de aves e de rações) e realiza uma reforma dos estatutos sociais, em 2001, mudando a sua razão social para Cooperativa Agroindustrial Lar.

Na revista da Cooperativa encontram-se dados extraídos do balanço 2010 que permitem observar o tamanho e a importância que esta cooperativa adquiriu ao longo de sua existência. As metas previstas para o ano era de faturamento líquido das receitas operacionais são de R\$ 1,513 bilhão. Essa projeção foi superado conforme apontou o balanço final em 3,5%, atingindo R\$ 1,566 bilhões. Comparado com o ano anterior, (2009), a cooperativa apresenta um crescimento de 9,7%.

O relatório afirma que em 2010, para o aspecto social, os avanços ainda foram mais significativos, pois a Cooperativa obteve um suposto aumento na diversificação produtiva dos associados, ampliando os investimentos para a suinocultura, avicultura e atividade leiteira. Duplicou a Unidade Industrial de Aves, a produção de pintainhos, leitões, entre outros. Ainda, segundo a empresa, aumentou os investimentos em rações, logística, produção de sêmen e na Unidade de Recria de Novilhas, e completou os investimentos na rede de lojas existentes, com a

⁷ Sociedade de Incremento à Propriedade Agrícola Ltda (SIPAL) foi a colonizadora do município de Missal (conhecido como Gleba dos Bispos) e objetivava iniciar a colonização baseada nos princípios de religiosidade e cooperação. O primeiro presidente da cooperativa foi o padre José Backes, que era o presidente da SIPAL.

inauguração das Lojas de Medianeira. Entre outros investimentos significativos.

Vejamos outros dados significativos para o estudo, pois o balanço patrimonial do ano de 2010 aponta que, em relação aos balanços anteriores, houve perda de associados à medida em que avançam os investimentos tecnológicos, conforme demonstram os gráficos a seguir:

Gráfico 02 – Evolução de Associados



Fonte: Cooperativa Agroindustrial Lar Balanço Patrimonial 2010

Tabela 02 – Estrutura Fundiária

Estrutura fundiária dos Associados			
Área	Qtde	%	% Ac
Com até 10 ha	1.685	19,8	19
de 11 a 20 ha	2.651	31,2	50
de 21 a 30 ha	1.470	17,3	69
de 31 a 60 ha	1.398	16,4	85
de 61 a 100 ha	455	5,4	90
de 101 a 500 ha	675	7,9	98
Acima de 500 ha	170	2,0	100
Total	8.504	100,0	

Fonte: Cooperativa Agroindustrial Lar Balanço Patrimonial 2010

Embora no campo haja uma diminuição de associados, na força de trabalho industrial há um significativo crescimento em relação aos balanços anteriores. Cresce a tecnologia ao tempo em que diminui os associados e aumenta a produtividade significativamente, refletido diretamente na ocupação de trabalho urbano empregada nos frigoríficos, conforme aponta a tabela que segue:

Tabela 03 – Empregos

Geração de empregos					
Ano	2006	2007	2008	2009	2010
Total	3.924	4.133	4.473	4.922	5.904

Fonte: Cooperativa Agroindustrial Lar Balanço Patrimonial 2010

Outro elemento significativo é a qualificação da força de trabalho ocupada em relação ao ano de 2006 até 2010. Comparativamente, houve uma redução da escolaridade da massa de trabalhadores ocupados, perdendo ocupação aos trabalhadores com ensino superior, ao passo que a ocupação de trabalhadores do ensino superior permanece praticamente idêntica.

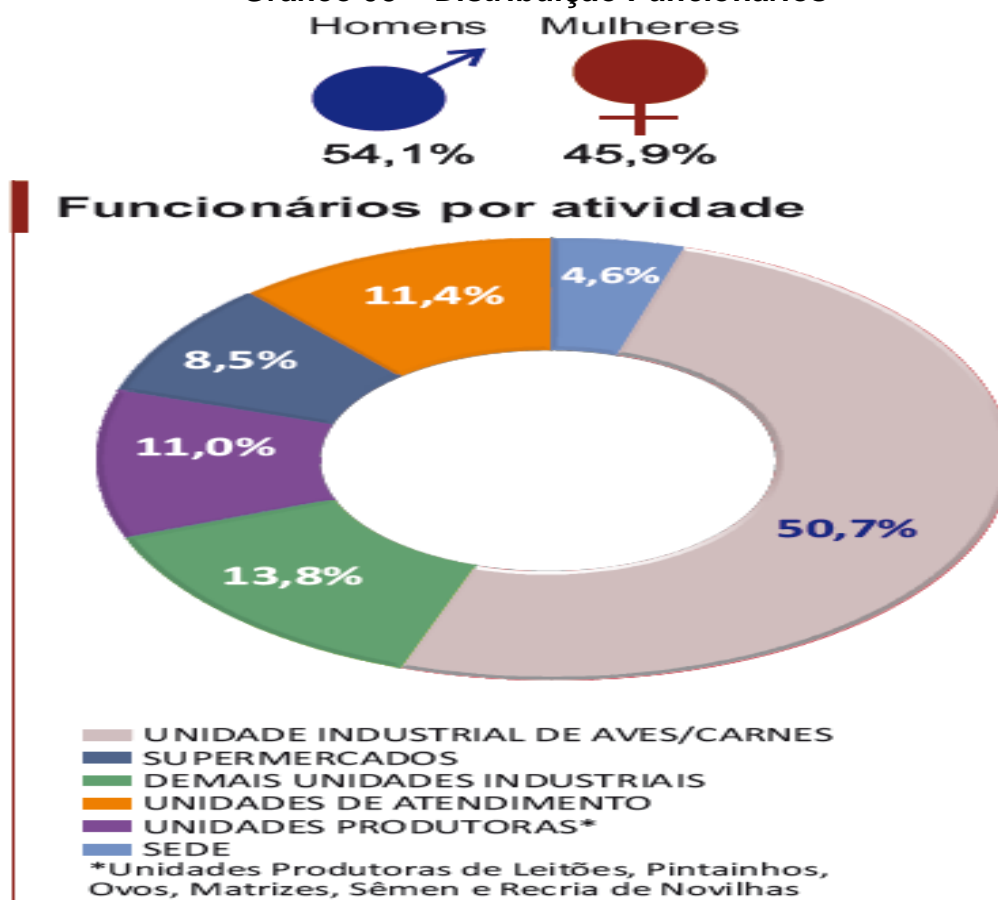
Tabela 04 – Escolaridade

Grau de Escolaridade					
Ano	2006	2007	2008	2009	2010
Fundamental	45%	47%	47%	48%	46%
Médio	42%	40%	39%	40%	44%
Superior	13%	13%	14%	12%	9%
Especialização					1%

Fonte: Cooperativa Agroindustrial Lar Balanço Patrimonial 2010

O que se verifica nos dados acima apontados, em conjunto com os demais, que ampliou a tecnologia de produção diminuindo a ocupação rural e ampliando a ocupação urbana. Assim, o avanço desse tipo de indústria, tem ocupação de força de trabalho com escolaridade menor, pois as atividades nas linhas de produção não exigem qualificação mais complexa dos trabalhadores.

Gráfico 03 – Distribuição Funcionários



Fonte: Cooperativa Agroindustrial Lar Balanço Patrimonial 2010

O avanço tecnológico gera uma diminuição dos associados por substituição, pois os criadouros de animais são maiores, com alimentação automatizada, estabilizadores de temperatura, ventilação e exaustores computadorizados respondendo aos termômetros, controle automático de umidade do ar, entre outros, fazem com que maiores barracões produzam mais, repercutindo na maior utilização de força de trabalho na indústria, mantendo ocupação de trabalhadores com escolaridade fundamental e diminuindo a ocupação de ensino superior. Isso reflete em um significativo crescimento da produção e dos lucros, conforme demonstra o gráfico que segue:

Gráfico 04 – Faturamento

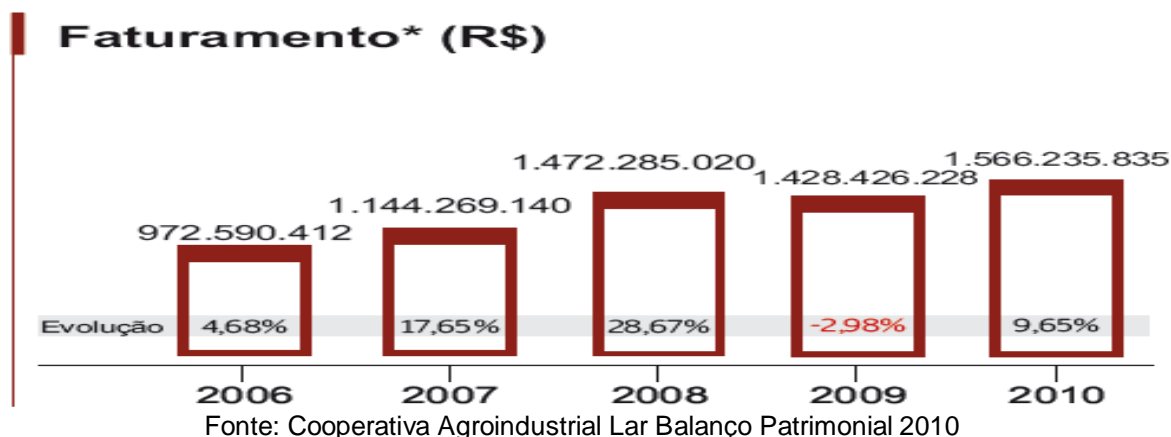
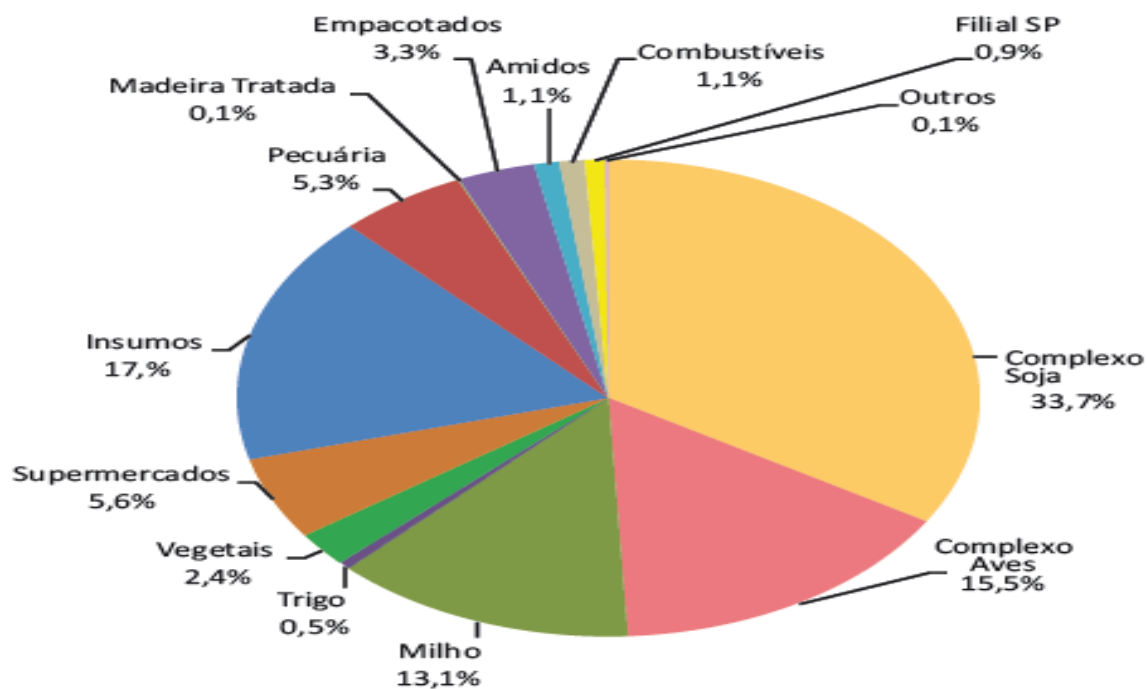
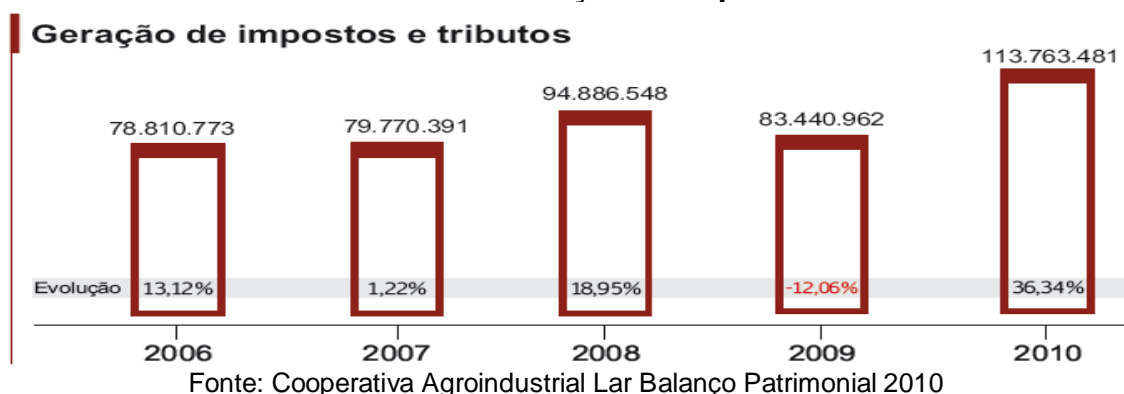


Gráfico 05 – Faturamento Por Setor



Destarte, essa estratégia de crescimento, além de agradar os investidores, devido ao aumento do lucro, reflete positivamente ao Estado (município, estado e união), pois garante um aumento da arrecadação de impostos. Assim, as linhas de financiamentos do estado e bônus de tarifação de exportações atendem um interesse direto do poder público. Refletindo-se nas orientações políticas que têm conseguido em benefícios do agronegócio. Por outro lado deixa a desejar contrapartida necessária no campo social, em consequência a essa opção política adotada. O gráfico que segue aponta esse crescimento da arrecadação tributária conforme passa a demonstrar:

Gráfico 06 – Geração de Impostos**Tabela 05 – Investimentos**

Produtos/Serviços Investidos	Valor R\$
Construção Unidade/Supermercado - São Roque	570.783,00
Construção Unidade Produtora de Leitões - Serranópolis do Iguaçu	7.023.895,00
Ampliação Unidade Industrial de Aves - Matelândia	102.488.889,00
Implantação do Processamento de Amido de Milho Unid. Ind. Mandioca - Missal	1.642.070,00
Instalação de Tombador Unidade Industrial de Mandioca - Missal	133.793,00
Instalação Serraria Unidade Industrial de Soja - Céu Azul	207.886,00
Ampliação Incubatório e Matriseiro de Aves - Santa Helena	18.307.101,00
Ampliação Unidade de Nova Roma	6.614,00
Construção Unidade/Supermercado Medianeira	14.374.531,00
Unidade Produtora de Sêmen - Matelândia	531.201,00
Construção Unidade de Recria de Novilhas - São Miguel do Iguaçu	684.179,00
Construção Barracão Insumos Unidade Operacional Serranópolis do Iguaçu	25.762,00
Melhorias Unidade Produtora de Leitões Itaipulândia	371.721,00
Ampliação Unidade Industrial de Rações Santa Helena	9.225.676,00
Melhorias Unidade Produtora de Matrizes - Missal	8.318,00
Construção Classificação Unidade Maracaju - MS	361.786,00
Construção Unidade/Supermercado Céu Azul	619.764,00
Melhorias Lagoa de Tratamento Unidade Industrial de Vegetais	139.070,00
Compra de Terrenos e Benfeitorias	11.116.381,00
Reforma Fornalha e Secador Unidade Operacional São Miguel do Iguaçu	67.278,00
Reforma Secador de Grãos e demais melhorias Unidade Industrial de Soja - Céu Azul	2.058.988,00
Ampliação Unidade Industrial de Rações Medianeira	250.000,00
Aquisição de Veículos (13 veic.utilitários/64 caminhões/03 tratores/33 carrocerias/30 graneleiros)	17.268.759,00
Aquisição de Equipamentos de Processamento de Dados (Computadores e Impressoras)	1.029.224,00
Licença Software Unisys 2010	3.170.564,00
Aquisição de Reprodutores Unidade Produtora de Matrizes (Suínos) - Missal	660.517,00
Melhorias Reflorestamentos	1.021.083,00
Investimentos Diversos	2.811.022,00
TOTAL	196.176.855,00

Fonte: Cooperativa Agroindustrial Lar Balanço Patrimonial 2010

Diante dos dados acima elencados, estudar os impactos sociais e econômicos da Cooperativa Lar, sua inserção no mercado capitalista internacional e o impacto dessa inserção. Contradições e avanços, contudo, torna-se urgente, verificar os impactos gerados na base social da empresa e sua repercussão na

comunidade e municípios da região com o agravamento das condições sociais.

É Evidente que os dados acima demonstrados, no seu conjunto, apontam para uma clara agudização das condições de classe. Enquanto que os investidores, monopólios, bancos e a indústria multiplicam exponencialmente seus lucros. Por outro lado, os trabalhadores têm a disposição à migração do campo para a cidade, salários mais baixos e a ocupação em atividades de baixa qualificação e suscetíveis a degradação da saúde física, cultural, educacional, econômica e social.

2.1. Organização do Trabalho

Os estudos de Cêa e Mourfose (2008) apontam que as produções das cooperativas do Oeste do Paraná são extremamente precárias, com a predominância de trabalhadores com baixo nível escolar, realizando trabalhos manuais e repetitivos, ainda que o avanço tecnológico tenha crescido neste ramo econômico, afirmam as autoras.

Essa realidade indicada pelo estudo acima mencionado está em conformidade com o que ocorre também na produção e organização de trabalho também adotado pela Cooperativa Lar. O trabalho é extremamente rotativo e baseia-se no método fordista, conforme passa a discorrer.

Os trabalhadores atuam em turnos definidos que intercalam jornadas, de forma que o frigorífico funcione 24 horas ininterruptas. Os trabalhadores chegam ao turno de trabalho, passam pelo setor de identificação com seus crachás eletrônicos. Deslocam-se ao setor de fornecimento de uniformes e equipamentos de proteção individual. Vão ao vestiário onde se trocam, vestindo o aparato de uniformes. Passam pelo setor de revista onde se verifica a adequação do uniforme. Depois de vistoriados se dirigem ao setor de higienização e adentram ao frigorífico. Assumem postos de trabalhos rotineiros, onde cada um exerce uma atividade definida na organização da divisão do trabalho. Os animais passam em correias de produção com tempo mecanicamente rigoroso. No abate de aves, os animais passam por infindáveis correias onde um trabalhador corta a asa, outro a coxa, outro tira o peito, outro refila o peito, até que ao fim da correia resta apenas a carcaça que vai para outro setor. São 12 segundos, o tempo que a correia passa o frango. A cada grupo tem um cronometrista que controla a seção. Se o trabalhador for displicente e deixar

passar um animal sem proceder o seu trabalho, o sistema é prejudicado e responde disciplinarmente.

Porém, há duas realidades distintas de trabalho, a primeira realizada pelos agricultores associados e/ou contratados para a criação dos animais e produtos primários. Esses agricultores são integrados por contratos precários de parcerias, onde juridicamente assumem riscos da produção, isentando a empresa que explora a atividade. A segunda, pela produção realizada por trabalhadores contratados formalmente para exercer as atividades de industrialização, conforme características abaixo.

O estudo das autoras, que caracterizam as atividades como sistema fordista, está coerente com o relato empírico da pesquisa e com o estudo de Neli (2006). Neste contexto, conclui-se que as atividades manuais são predominantes, alternando-se em atividades manuais que exigem força de trabalho humana e parte realizada pelas máquinas, principalmente na fase, conforme aponta as considerações finais desta pesquisa.

2.1.1. Produtores rurais integrados

Os trabalhos dos produtores rurais integrados à cooperativa se intensificam na região de base produtiva da Cooperativa Lar, com o avanço de tecnologias de produção, com barracões aquecidos ou resfriados artificialmente, fornecimento de insumos entre outras tecnologias. A intervenção da Cooperativa na propriedade dos produtores é intensa, regulando o acesso às propriedades, o ritmo de produção, o controle da compra e venda do produto final e o acesso de terceiros contratados (técnicos, veterinários, engenheiros, fiscais, inspetores) pela empresa que efetuam o controle sanitário das pequenas propriedades. Segundo informam os produtores rurais integrados, confirmados pelo que rege o contrato, conforme quadro abaixo:

Quadro 04 – Cláusula do contrato de parceria

CLÁUSULA OITAVA- Fica assegurado a Parceira-Outorgante, acompanhar a criação e engorda das aves, para o que lhe é assegurado livre e permanente acesso as instalações nas quais o plantel está sendo terminado.

Fonte: C. A. LAR, Contrato de Parceria (anexo 01).

Em grande medida, são contratos elaborados unilateralmente que o produtor adere sob as condições impostas pela empresa. Não há um processo de negociação bilateral onde os sujeitos contraentes perfilam exigências mútuas até que se forme a relação contratual. Ou é do jeito que a empresa dita ou não haverá a contratação. Parte dos serviços, como coleta (principalmente de aves e suínos) fica atribuída ao produtor parceiro, assim eximindo a empresa de encargos, conforme cláusula do contrato de parceria.

Quadro 05 – Cláusula do contrato de parceria

CLÁUSULA SÉTIMA- As despesas relacionadas com os serviços de tratamento, apanha, descarregamento e carregamento do aviário/caminhão, aquecimento, cama das aves, criação e manutenção do aviário, correrá por conta exclusiva do Parceiro-Outorgado, que se obriga a fornecer toda a mão-de-obra necessária, respondendo pelos encargos sociais ou trabalhistas previstos pela lei.

Fonte: C. A. LAR, Contrato de Parceira (anexo 01).

Na prática, os parceiros e suas famílias se transformam em uma subespécie de empregados da empresa, revestido do caráter civil por meio do contrato. Os produtores se submetem a ordens, trabalham habitualmente, onerosamente, não sendo exigido apenas o trabalho pessoal, vez que ficam implicitamente autorizados que os parceiros contratem trabalhadores por sua conta e risco para aumentarem a produção conforme a demanda da empresa. Para melhor compreender este dispositivo do contrato, por conta das observações empíricas realizadas junto aos parceiros da empresa, passamos a relatar o *modus operandi* desta contratação.

As aves são fornecidas ainda pintainhos ao produtor parceiro. Esse financia junto a cooperativas e bancos conveniados a construção de barracões e da tecnologia instalada. Esse recebem os alimentos fornecidos pela Lar. A água é fornecida pelo parceiro na sua instalação rural. Os cuidados dos bichos são divididos pelo grupo, envolvendo em muitos casos observados, a força de trabalho infantil, ou contratando trabalhadores por sua conta e risco. Se o parceiro formalizar o contrato de trabalho, o negócio se torna inviável, por isso, trabalha com força de trabalho da família, com esposa e filhos. Quando as aves estão prontas para o abate, a empresa marca horário para ir buscar. Os parceiros devem contratar força de trabalho para apanhar o lote de aves. Isso exige força de trabalho em média de 8 a 10 pessoas,

sempre por conta e risco do parceiro, a formalidade desses trabalhadores. A produção é retirada dos barracões e dispostas em caixas que são transportadas até ao frigorífico. O parceiro tem um prazo de alguns dias para providenciar a limpeza e à higienização, troca de cama para receber novo lote, quando tudo recomeça.

Quadro 06 – Recorte do contrato - Cláusula Segunda

CLÁUSULA SEGUNDA- O Parceiro-Outorgado integrará esta parceria como o compromisso de entrar com o aviário devidamente instalado e com o custo da mão-de-obra e os serviços necessários para a produção das aves.

Fonte: C. A. LAR, Contrato de Parceira (anexo 01).

Embora exista a restrição da utilização da força de trabalho das crianças, a exploração dessas pode ser estratégica para garantir a rentabilidade do pequeno proprietário. O que de fato ocorre é a ocupação de força de trabalho dos filhos, muitas vezes impúberes, esposas e parentes, para auxiliarem no processo de produção. Portanto, em grande parte a produção da empresa contem alta carga de trabalho infantil (de forma informal), sempre desassistida pela empresa (vide Quadro 01 acima), contratos de parceria, a cooperativa repassa essa responsabilidade ao parceiro sob pena de rescisão do contrato, mas que na prática, a empresa faz vistas grossas.

Os contratos obrigam, até mesmo, o extermínio da produção por contaminações sanitárias, sendo que tais verificações ocorrem unilateralmente pelos técnicos da empresa. O produtor contratado amargando com o prejuízo e responsabilizando-se por perdas e danos. De forma mais geral, são esses os elementos centrais que caracterizam a relação de produção. Em que pese guarda o contentamento os produtores veem nesse mecanismo uma forma de sobrevivência e aquecimento da economia rural. Há muitas críticas a esse sistema em momentos de crises de demanda e quando tem que sacrificar a produção por questões sanitárias.

O preço da produção é realizado através de uma fórmula contratual. Se os preços de mercado oscilarem positivamente, o parceiro recebe as vantagens desse movimento econômico. Mas se o mercado mundial oscilar negativamente, o parceiro também paga junto com empresa essa esta conta. Vejamos abaixo, a fórmula utilizada para cálculo do valor do lote produzido:

Quadro 07 – Recorte do contrato – Cláusula Sexta

CLÁUSULA SEXTA- O Parceiro-Outorgado terá direito a título de participação na Parceria, a um valor percentual aplicável sobre a produção obtida, variável de acordo com o seu grau de eficiência na condução das aves, nos termos da tabela anexa ao presente contrato, do qual fica fazendo parte integrante, obtido o referido índice de Eficiência da Produção mediante aplicação das seguinte fórmula:

$$\text{I.E.P.} = \frac{\text{PESO MÉDIO X SOBREVIVÊNCIA}}{\text{IDADE ABATE X CONVERSÃO ALIMENTAR}} \times 100$$

Fonte: C. A. LAR, Contrato de Parceria (anexo 01).

Feita essa etapa que envolve a utilização das instalações e espaço rural de produção, passa-se a etapa de industrialização. A etapa que envolve o parceiro encerra-se com a entrega das aves no frigorífico.

2.1.2. Industrialização

O trabalho nas agroindústrias gera a maior parte dos contratos de trabalho na região oeste do Paraná conforme informa o IPARDES (2003 p. 26):

Como fator que exerce maior influência na qualidade de vida, o mercado de trabalho regional vem apresentando significativa expansão do emprego formal, com ocorrência generalizada em todos os municípios. Contribuem, ainda, nesse sentido, as condições edafoclimáticas excepcionais e os efeitos indiretos proporcionados por uma moderna base produtiva agropecuária, que tem sido capaz de compatibilizar uma agricultura pautada em mão-de-obra familiar a um alto desempenho produtivo. Comandada pelo desenvolvimento sobretudo do agronegócio cooperativado, a região vem sustentando ganhos crescentes frente à economia estadual em atividades do setor primário. Vale lembrar que, em 2000, no interior do Estado, apenas as mesorregiões Oeste e Norte Central contribuíram com proporções superiores a 10% no VAF estadual. Não é diferente nos municípios que formam a base produtiva da Cooperativa Lar. Como visto acima, um verdadeiro exército de trabalhadores se desloca diuturnamente para a Cooperativa e intercalam-se em jornadas ininterruptas de trabalho.

Porém, como foi demonstrado acima, a característica dessa ocupação é precária e de baixa escolaridade. Os trabalhadores desse setor de produção estão submetidos a atividades de extrema repetitividade e exaustão, que casados com um ambiente insalubre, tem provocado inúmeras doenças, especialmente o desgaste interno dos órgãos e membros da anatomia corporal, devido a intensa repetição de

movimentos e da exaustão de trabalho, como demonstra Donda Jr. (2002).

Embora haja na base produtiva, uma mecanização e tecnologias avançadas, exige o emprego intenso de força de trabalho manual. Pois, ainda o trabalho humano é mais barato e mais produtivo que o das máquinas. Assim, intercala-se mecanicidade e robótica, com trabalho preciso, como evisceração de animais ou desossa que somente o trabalho humano é capaz de realizar.

O sistema de produção baseia-se no *just in time* e no fordismo. Onde uma estrutura organizacional de distribuição do trabalho e o controle de produtividade é exacerbadamente praticada. Nessa forma de organização, a pressão sobre os trabalhadores é intensa, buscando atingir e manter escalas de produção capazes de atender as demandas da empresa. Portanto, essas empresas não buscam um trabalhador de formação educacional de alta qualificação, mas trabalhadores disciplinados que se submetem a essa lógica.

De tal sorte que a rotatividade é tão intensa que há necessidade de deslocar trabalhadores de cidades vizinhas até ao chão da fábrica. A incidência de acidentes de trabalho e adoecimento dos trabalhadores faz com que não se tenha um trabalhador assíduo e que busca projeção funcional na empresa. Conforme apontam Cêa e Murfouse (2008), em pesquisa nos dados da AP-LER, entidade que agrega trabalhadores vítimas de doenças do trabalho DORT/LER. Todos esses elementos apontados vêm da observação empírica deste pesquisador, pois as características da empresa, apesar da semelhança com as demais agroindústrias da região, têm suas características específicas, sendo captadas e tratadas como ensaio neste trabalho.

Confirmando o que já havia estudado, Cêa e Murfouse (2008), que as agroindústrias trabalham em ritmo ditado pelas esteiras que levam as peças (frango ou suíno). Até o trabalhador que fica fixo no posto de trabalho e desempenha a mesma tarefa repetidas vezes, com metas desafiadoras da capacidade humana, por exemplo: corte de uma perna de frango realizado num tempo de 19 segundos, onde desempenham três cortes de perna em 1 minuto; evisceração de 14 frangos/minuto; cortes de 25 asas de frango/minuto; 19 pontas de asas por minuto; corte de filés de peito em 10 segundos; tudo para atingir a meta da empresa de 9 mil aves/hora.

Assim, a base produtiva das agroindústrias se transformou em trabalhos precários, submetendo trabalhadores a um ambiente insalubre, ritmo intenso de trabalho alternado com ambientes quentes, úmidos e refrigerado durante a jornada

de trabalho. Com isso, milhares adoecem e abandonam o emprego ou são demitidos doentes ao custo de um sistema de saúde de notório saber, também precário. Isto tudo ocorreu pelo afastamento dos princípios do cooperativismo que fundou as cooperativas e uma internacionalização de mercado que exigiu um processo que não permitiu a adaptação necessária do parque industrial com o fim social do trabalho, conforme se passa a discorrer.

2.2. A Internacionalização do Mercado e as Novas Configurações do Cooperativismo nos Moldes Adotados na Lar

Pontualmente se tratará o conceito oferecido por Welch e Luostarinen *apud* Ritossa (2008). Estes autores consideram a internacionalização como o processo de envolvimento crescente das indústrias em operações internacionais. Na mesma linha seguem Theuvsen e Ebneith *apud* Ritossa (2008), sintetizando que a internacionalização é um conjunto de processos, pelos quais uma economia, uma indústria ou uma empresa, progressivamente vai se tornando integrada às atividades econômicas internacionais.

Em ambas as conceituações se admite que a internacionalização ocorra de forma bidirecional, ou seja, para dentro e/ou para fora. Para estes autores, o primeiro contato de uma empresa com a economia internacional, pode-se dizer, decorre de uma compra feita no exterior, por exemplo na compra de tecnologia – para dentro. No sentido inverso, o processo de internacionalização para fora decorre desde a exportação, licenciamento para fábricas fora do país, investimentos de capitais em aquisição de subsidiárias, etc. De acordo com tais assertivas, quando se fala em “internacionalização” das “cooperativas internacionais” se observará as duas formas.

Conforme apontam Santos e Costa (2006), a internacionalização é um processo que deve ser planejado no campo estratégico e organizado com as metas práticas capazes de programar cada passo de forma consistente. Diante de tais elementos, estes autores caracterizam as prioridades em três pilares: 1) expansão dos mercados de atuação no âmbito internacional; 2) conscientização sobre a importância da cooperação, como forma de desenvolvimento de uma rede de competências complementares e abrangentes e; 3) busca de novos patamares organizacionais, como forma de tornar as empresas mais competitivas para ambientes mercadológicos. A Lar enquadra-se no primeiro e último patamar apontado

pelos autores.

Para os autores Alem e Cavalcanti (2007) não é necessário um rigoroso determinismo para constatar e caracterizar as estratégias de entrada em mercados internacionais adotados pelas empresas. O que é bem pertinente ao se tratar de cooperativas agroindustriais vez que se está diante de lógica empresarial atípica em relação às demais empresas. Ressaltamos que Root *apud* Ritossa (2008) classifica os modos de entrada de empresas no mercado internacionalizado em três grandes grupos: exportação (direta ou indireta); contratual (licenciamento, franquia e alianças estratégicas); e investimento (aquisição, wholly owned e joint venture).

Os autores, alerta para inúmeras variáveis e fatores que dificultam a forma de entrada bem como aplicar medidas para um planejamento desta entrada, torando estas decisões complexas (RITOSSA, 2008). Essa dificuldade decorre de uma cultura empresarial e política nacional que não criou as oportunidades para a inserção internacional das empresas brasileiras. A falta de um projeto é que impediu uma política mais internacionalizada dos negócios, reforçam-se ao que dizem Cyrino e Oliveira Junior *apud* Ritossa (2008), que mesmo grandes empresas não se consideram preparadas para formar alianças estratégicas internacionais. Razão pela qual, a grande maioria das empresas se dedicam mais ao mercado interno e doméstico.

Da mesma forma, concluiu o estudo de Rocha e Blundi (2001), em que constataram um baixíssimo índice de diversificação internacional. Para estes pesquisadores as empresas que mantêm subsidiárias no exterior são exceções, e concluem que, ou empresas brasileiras não se internacionalizam, ou apresentam grande resistência em fazê-lo. Na mesma linha também concluem, Honório e Rodrigues (2006), onde revelam que apesar das empresas nacionais terem experiências de mercado internacional, preferem as operações de menor complexidade, como ocorre com a Lar e as cooperativas da mesorregião oeste paranaense.

Diante do que afirmam os autores acima, fica evidente a posição das empresas nacionais e de forma relevante as cooperativas agroindustriais. Não raramente se transformam em subsidiárias das grandes empresas de insumos internacionalizadas, rendendo-se em lucrar com a intermediação dos produtos dessas aos agricultores associados, repassando produtos da Monsanto, Cargil, Cyngenta, Basf entre outras empresas transnacionais de insumos e maquinários.

Contudo, a pesquisadora Ritossa (2008) delinea quatro estratégias competitivas básicas a serem consideradas pelas empresas do segmento agrícola. Esse incluem as agroindustriais, apontando como possibilidades de se internacionalizarem, através da: importação, exportação, investimento direto estrangeiro e relacionamentos comerciais. A autora expõe que as estratégias variam conforme o tipo de cooperativa e de produto negociado. Dentro de tais perspectivas cita o estudo de Seipel e Hefferman (1997) que ilustram os diferentes caminhos adotados por três grandes cooperativas norte-americanas, do mercado de alimentos internacionalizados:

1. Cooperativa regional de rações, sementes, agricultura e laticínios: atua em duas frentes internacionais: (i) em marketing internacional, expandindo seus mercados de laticínios e rações através de vendas diretas, licenciamentos e joint ventures ou aquisições de plantas de processamento em bases estrangeiras; e (ii) na promoção de desenvolvimento rural (assistência técnica, treinamento e produção) em nações subdesenvolvidas estabelecendo vínculos com produtores, distribuidores e processadores locais;
2. Cooperativa regional produtora de uma vasta gama de commodities agrícolas: basicamente, atua na exportação direta ao consumidor final ou através de agentes baseados localmente ou no exterior; também participa de uma corporação transnacional de grãos e de um consórcio de cooperativas européias que possuem uma trading de grãos; e
3. Cooperativa federada regional de produção, processamento e distribuição de produtos agrícolas (input e output): sua presença internacional é conquistada através de exportações de commodities e produtos industrializados, importações de inputs para processamento doméstico e aquisição de uma trading sueca transnacional. (RITOSA, 2008 pgs. 42-43)

De forma contraposta a autora traz a proposta de perspectivas sugeridas por Birchall (2005), em que este pesquisador sugere duas estratégias que preservam os princípios do cooperativismo:

1. Pensar localmente e agir globalmente: grandes cooperativas agem globalmente expandindo-se além das fronteiras nacionais através de *joint ventures*, fusões e aquisições; pensam localmente ao convencer as comunidades que suas necessidades não serão preteridas e, ainda, ao oferecer incentivos para que a demanda internacional seja atendida, como por exemplo, disponibilizando linhas de crédito a taxas preferenciais;

2. Pensar globalmente e agir localmente: pequenas cooperativas permanecem com o controle local, desenvolvendo estruturas federadas de representação conjunta e serviços compartilhados, ao invés de estratégias de crescimento mais agressivas, para que sejam coletivamente grandes para neutralizar a concorrência globalizada a partir do desenvolvimento de soluções personalizadas para demandas locais. (RITOSSA, 2008 pg. 43).

Além disso, a autora alerta que no Brasil, apesar das possíveis vantagens econômicas e de negócios da transnacionalização, o crescimento direto, em alguns casos com escritórios e representações em diversos países, ou o crescimento por meio de fusões nacionais, têm sido a preferência das cooperativas nos processos de internacionalização. Diante dessas assertivas, a autora traz o quadro relacionado abaixo que é ilustrativo sobre a forma que as cooperativas agropecuárias brasileiras estão organizadas, como um conjunto de supridores individuais:

Quadro 08 – Modelo da Escolha Estratégica das Cooperativas

MODELO ORGANIZACIONAL COOPERATIVO	ESTRATÉGIA COMPETITIVA
COOPERATIVA TRADICIONAL	LIDERANÇA NO CUSTO (economia de escala)
COOPERATIVA DE INVESTIDORES EXTERNOS (subsidiárias e quotas de participação)	DIFERENCIAÇÃO (capital elevado para investimentos)
COOPERATIVAS DE INVESTIDORES MEMBROS (NGC e EPL)	ENFOQUE (capital limitado para nichos)

Fonte: Adaptado de Nilsson (1999) *apud* RITOSSA (2008, pg 45)

Segundo Ritossa (2008), muito embora o sistema cooperativo tenha sido construído para dar suporte às famílias de agricultores, mudanças nos componentes ambientais, domésticos e internacionais, têm influenciado os mercados em que as cooperativas operam, com a entrada de empresas transnacionais que pretendem fazer delas repassadoras de produtos e tecnologias.

As demandas foram se modificando por diferentes serviços, produtos e estruturas, caracterizando a necessidade de adaptação a novas alternativas de associação. Para esta pesquisadora, o grande desafio das cooperativas reside em estabelecer prioridades dentre os diversos objetivos de seus membros, por vezes opostos, equilibrando os interesses dos produtores associados com a dinâmica competitiva do mercado.

Contudo, as cooperativas brasileiras, em grande parte, foram se afastando do objetivo de cooperação dos produtores e partiram para uma lógica empresarial internacional, tímida, e voltada aos nichos de mercados primários, como grãos e carnes, no modelo para fora. Doutro lado, são fortes consumidoras de tecnologias externas e por falta de um projeto estratégico foram se transformando em meras “atravessadoras” subsidiárias das empresas transnacionais produtoras de insumos, para dentro.

Assim, diante de toda a caracterização, devido a globalização dos mercados de capitais, a Cooperativa Lar busca enquadrar-se dentro dos padrões, afastando-se dos fundamentos da cooperação, para aprofundar-se nos sistemas de organização da exploração da força de trabalho disponível e inserindo-se no mercado de produção e comercialização de produtos agro-industrializados. Embora ainda seja uma internacionalização de baixa complexidade, pois de fato não é uma empresa constituída para tal objetivo, preferiu a posição de subserviência, servindo aos interesses das grandes corporações privadas e do mercado de capitais.

3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

O termo cooperação traz consigo a semântica de cooperar, operar simultaneamente, trabalhar em conjunto, em comum, colaboração a um objetivo econômico e solidário, traduzindo esforços num movimento coletivo superando o individualismo, conforme interpretam Jesus e Tiriba (2003).

Já Veiga (2001) conta que a mais antiga cooperativa nasceu em 1760 na Inglaterra, organizada por empregados de estaleiros, em reação aos altos preços cobrados pelos moinhos.

Para este autor, o marco de fundação das cooperativas que se expandiu pelo mundo moderno, influenciadas pelo Estatuto da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, que carregava os seguintes princípios da igualdade entre seus membros, democracia na tomada de decisões e de desenvolvimento moral e educacional de seus membros (VEIGA, 2001).

Segundo Pinho (1996), a prática de organização de cooperativas é motivada pelo estímulo do poder público que identificou nelas um instrumento de fortalecimento e estruturação das atividades agrícolas, tanto é que resultou na promulgação da lei básica do cooperativismo brasileiro, em 1932. Na atualidade está regulamentado pela lei 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

Na referida Lei, no Capítulo II, art. 4º, define as cooperativas como:

art. 4º - sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados.

No mesmo dispositivo legal, no art. 79, capítulo XII, assim define os atos cooperativos:

Art. 79º - os praticados entre as cooperativas e seus associados, entre estes e aqueles e pelas cooperativas entre si quando associados, para a consecução dos objetivos sociais.

As cooperativas nasceram imbuídas de princípios de solidariedade entre seus sócios, tanto é que este altruísmo faz parte dos princípios internacionais do cooperativismo. Desde o Estatuto de Rochdale, as cooperativas buscam conciliar a filosofia de uma economia de mercado com a valorização do esforço dos sócios, onde coletivamente buscam a edificação de uma sociedade mais justa e solidária.

A Aliança Cooperativa Internacional – ACI -, que tem sede em Genebra,

delineia os seguintes princípios do cooperativismo:

1. Adesão livre e voluntária: As cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e dispostas a assumir as responsabilidades como membros, sem discriminações de sexo, sociais, raciais, políticas ou religiosas;
2. Gestão democrática pelos membros: As cooperativas são organizações democráticas controladas pelos seus membros, que participam ativamente na formulação das suas políticas e na tomada de decisões. Os homens e as mulheres eleitos como representantes dos outros membros são responsáveis perante estes. Nas cooperativas de primeiro grau os membros têm igual direito de voto (um membro, um voto), e as cooperativas de grau superior são também organizadas de forma democrática;
3. Participação econômica dos membros: Os membros contribuem equitativamente para o capital das suas cooperativas e controlam-no democraticamente. Pelo menos parte desse capital é, normalmente, propriedade comum da cooperativa. Os membros recebem, habitualmente, e se a houver, uma remuneração limitada ao capital subscrito como condição da sua adesão. Os membros destinam os excedentes a um ou mais dos seguintes objetivos: desenvolvimento das suas cooperativas, eventualmente através da criação de reservas, parte das quais, pelo menos, será indivisível; benefício dos membros na proporção das suas transações com a cooperativa; apoio a outras atividades aprovadas pelos membros;
4. Autonomia e independência: As cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas pelos seus membros. Se estas firmarem acordos com outras organizações, incluindo instituições públicas, ou recorrerem a capital externo, devem fazê-lo em condições que assegurem o controle democrático pelos seus membros e mantenham a autonomia das cooperativas;
5. Educação, formação e informação: As cooperativas promovem a educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos, dos dirigentes e dos trabalhadores de forma a que estes possam contribuir, eficazmente, para o desenvolvimento das suas cooperativas. Informam o público em geral - particularmente os jovens e os líderes de opinião - sobre a natureza e as vantagens da cooperação;
6. Intercooperação: As cooperativas servem de forma mais eficaz os seus membros e dão mais força ao movimento cooperativo trabalhando em conjunto, através das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais;
7. Interesse pela comunidade: As cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades através de políticas aprovadas pelos membros. (ACI, 1998).

Os cooperados, parceiros e trabalhadores da Cooperativa Lar não estão revestidos de tais poderes/deveres, muito menos inseridos na proteção social que o cooperativismo abarca. São na prática parceiros contratados pela cooperativa, sócios e não sócios, (vide contrato anexo 01) numa espécie de terceirização, onde desenvolvem parte da produção, no que concerne a cria dos animais para o abate ou produção de outras matérias-primas, como cereais por ela industrializados.

No lugar da solidariedade e da sociedade justa e igualitária entrou os valores do mercado e os interesses do capitalismo mundial, conforme se passa a demonstrar, com a análise de Antunes e Alves (2004), onde consideram que o mundo do trabalho passa por uma heterogeneidade, complexificação e fragmentação.

Parafraseando estes autores, o que ocorre com o mundo do trabalho vai no mesmo sentido do que ocorre com as cooperativas na Região Oeste do Paraná, especialmente, com a Lar. No mundo do trabalho há uma retração do binômio taylorismo/fordismo, que impacta no mundo do trabalho reduzindo o proletariado fabril tradicional. Na maior parte se assemelha ao que ocorre nas cooperativas, pois embora resistem na indústria verticalizada, enquanto que capitalismo neoliberal investe em estruturas horizontalizadas, essa está gradativamente sendo implantada. Por outro lado, o que ocorre no campo, com os parceiros, é o que vem ocorrendo com a desestruturalização apontada. Pois as cooperativas já praticam o que as indústrias fazem com a reestruturação produtiva do capital, utilizando-se de formas desregulamentadas de trabalho, reduzindo os trabalhadores estáveis por trabalhadores em suas casas, envolvendo suas famílias, e na condição de parceiros.

Outro aspecto da análise de Antunes e Alves (2004) apontam para a tendência para que a prestação de serviços se dê cada vez mais precarizados, com terceirizados, subcontratados, que se expandem globalmente. Fazendo um paralelo com o que ocorre na empresa investigada, a contratação de parceiros enquadra-se perfeitamente a essa tendência. O parceiro é uma espécie de terceirizado, que fica com a responsabilidade de produção e contratação de trabalhadores para colheita, coleta, apanha, carregamento, às expensas dele, desonerando a empresa das responsabilidades.

Apontam os autores supra que também ocorre uma tendência no mundo do trabalho de aumento significativo do trabalho feminino, que já atinge mais de 40% da força de trabalho em diversos países avançados, e que tem sido absorvido pelo

capital, preferencialmente no universo do trabalho particionado, precarizado, terceirizado e desregulamentado.

Segundo estes doutrinadores da pesquisa do mundo do trabalho, percebemos, particularmente, que nas últimas décadas do século XX, uma significativa expansão dos assalariados médios no “setor de serviços”. Essa nova lógica mundial de organização do trabalho, emprega os trabalhadores que são expulsos do processo produtivo industrial, decorrente da reestruturação produtiva imposta pelas políticas neoliberais, que por sua vez impactam numa grande desindustrialização e privatização dos serviços essenciais prestados pelo setor público. Antunes e Alves (2004) apontam que nos EUA esse setor da economia já passa dos 70% da força de trabalho e o cenário semelhante ocorre no Reino Unido, Alemanha, França e demais países capitalistas. A medida que os trabalhadores são desempregados da indústria vão sendo, em parte, absorvidos por esse setor, ampliando as terceirizações e precarização das relações de trabalho. No Brasil essa lógica foi maior, no início da década de 1990, em especial no emprego bancário. Assim, o setor produtivo interrelaciona-se com o setor de serviços, distinguindo-se e dissipando-se, com novas formas organizacionais e tecnologias de gestão, tudo em prol da nova lógica de mercado. O que identificaram os autores, é que onde ocorre tal reestruturação houve uma maior sindicalização dos assalariados médios.

Fazendo um paralelo com os apontamentos acima, no campo brasileiro, onde as agroindústrias se instalam, analisando a experiência da Lar, percebe-se que o setor de serviços foi terceirizado ou quarteirizado, seguindo a lógica e tendência mundial. O parceiro agricultor presta um serviços de criação e cuidados, como se fosse uma pequena empresa prestadora de serviço, uma micro-empresa rural desregulamentada. Assim, desde a muito que as cooperativas trabalham com a desregulamentação, o criador de aves, por exemplo, tem um contrato com a empresa na condição de parceiro. A empresa lhe fornece pintainhos, medicamentos, alimento dos animais, o parceiro presta o serviço de criação. Em tudo se assemelha a um terceirizado, contudo, este contrata força de trabalho volátil e temporário para fazer a coleta, apanha de aves, transporte a suas expensas. Com essa prática, faz uma espécie de quarteirização (FERREIRA, 2005). Este prestador de serviço está em condição ainda mais precária nas relações de trabalho, como um trabalhador autônomo. Com tudo isso, a empresa Lar não responde com a qualificação, contratação e garantias legais que seria de sua obrigação, se desenvolvesse toda a

produção, seguindo a orientação da reestruturação internacional do trabalho apontada pelos autores neste ponto.

Evidente que não chegou aos trabalhadores prestadores de serviços, tanto os parceiros, suas esposas, filhos e filhas, como dos trabalhos temporários de coleta, apanha, carregamento. As vantagens que os prestadores de serviços adquiriram no mundo do trabalho internacionalizado, quanto menos à sindicalização. Restou aos trabalhadores parceiros se organizarem em associações que fazem luta econômicas de caráter patronal apenas, mas que não querem unir-se aos trabalhadores voláteis, pois temem a organização dos mesmos, vez que esses são força de trabalho dormente que pode vir a se sindicalizar em sentido contrário dos patrões. De qualquer forma a Lar tira vantagem dessa desregulamentação.

Apontam Antunes e Alves (2004), uma tendência relacionada com as demais, de crescente exclusão dos jovens que atingiram a idade de ingresso no mercado de trabalho, que ficam desempregados, submetidos a trabalhos precários, aumentando as fileiras do desemprego estrutural. Apontam ainda, que essa lógica também atinge trabalhadores acima de 40 anos de idade, que ao ficarem desempregados, resta a eles a oferta de trabalhos informais. Esses trabalhadores mais qualificados pelo sistema fordista vêm sendo substituídos pelo trabalhador multifuncional e polivalente do novo sistema toyotista, dizem.

Os autores supracitados apontam ainda que esses trabalhadores, jovens e supostamente “idosos” para o sistema capitalista atual, vêm sendo criminosamente substituídos pelo trabalho infantil. Essa criminosa opção pelo trabalho infantil vem ocorrendo de norte a sul do planeta, concluem.

Esse fato também pode ser observado na exploração de trabalho realizado para benefício da Lar. Observamos nesta pesquisa que os trabalhadores parceiros contratados pela empresa utilizam-se do trabalho dos filhos dos agricultores nos barracões de cria de aves e suínos. Embora o contrato com a empresa vete essa prática, a utilização de trabalho dos filhos dos agricultores não é fiscalizada pela empresa. A Lar faz vistas grossas para essa realidade.

Na indústria percebemos que os jovens são ocupados nas linhas de produção, em trabalhos extremamente precários e repetitivos até a exaustão. Os trabalhadores com mais de 40 anos nas linhas de produção não atendem aos interesses produtivos da empresa, que é extremamente acelerado e exige rapidez e destreza.

Para Antunes e Alves (2004) há uma ampliação cada vez mais intensa do “Terceiro Setor”, prestação de serviços realizados nos domicílios dos trabalhadores, possibilitada pela desconcentração do processo produtivo, expansão de pequenas e médias unidades produtivas. Caracterizam a existência de horizontalização das estruturas produtivas. Assim o trabalho doméstico se expande mundo a fora, atingindo o campo brasileiro. Para estes pesquisadores, que estão focados no estudo da organização do trabalho pela telemática, sistemas de comunicação por satélite, cabos, redes, através das tecnologias de informação e microeletrônica, capazes de acelerarem as atividades transnacionais. Essa compreensão surge das ações práticas desencadeadas pelas grandes empresas, citando o caso da Benetton e Nike como exemplo. Essas empresas terceirizam parte da produção para que os trabalhadores façam em suas moradias serviços que antes faziam na fábrica. Com isso alcançaram uma mescla de trabalho realizado na fábrica com o trabalho reprodutivo doméstico. Ocorre que os trabalhadores, quando produzem em seus domicílios, incentivados pelo pagamento por produção de peças, colocam todos da família para produzirem: crianças, donas de casa, vizinhos e parentes; criando um emprego ainda mais precário e desregulado, a quarteirização caracterizada por (FERREIRA, 2005).

O que apontam Antunes e Alves (2004), e que se assemelha a prática da empresa Lar, quando passa ao parceiro e sua família parte significativa da produção, para que façam no local de suas moradias. Por consequência ocorre o mesmo fenômeno com os agricultores parceiros, estes envolvem toda a família na produção, filhos e filhas, esposa, parentes e contratações temporárias de trabalhadores voláteis.

O estudo de Antunes e Alves (2004) caracteriza a existência de uma tendência do capitalismo mundial pelas empresas transnacionais a também configurar um sistema produtivo transnacional, como ocorre na indústria automotiva. Citando a indústria automotiva que está praticamente toda internacionalizada, praticamente desaparecendo os carros nacionais. Assim, muitas indústrias emergem e outras tantas desaparecem. Desse processo de mundialização produtiva desenvolve-se uma classe trabalhadora que mescla sua dimensão local, regional, nacional e internacional.

Ou seja, segundo os autores citados, o mundo do trabalho está se internacionalizando tal qual o capital. Assim, a questão do enfrentamento de classes

tende a repercutir no mundo todo. Uma parada da produção de carne industrializada na região oeste do Paraná. Fazendo um paralelo com o estudo de Antunes e Alves (2004), essa tendência pode repercutir na Europa, Ásia ou Países Árabes, atingindo muito além do que o mercado de consumo nacional. Nesse sentido, os autores tratam do ocorrido na greve dos metalúrgicos da General Motors, nos EUA, em 1998. A referida greve iniciou-se em Michigan numa pequena unidade da empresa e repercutiu em vários países.

Assim, aponta-se que, uma organização dos trabalhadores pode vir a provocar repercussões internacionais. Numa conjectura onde o produtor parceiro da Lar, aliada aos operários, colocará o setor em risco de colapso em um prazo muito curto, dado a dinâmica da produção inerente. Como o sistema é integrado, qualquer parte do processo produtivo que vier a parar, desencadeia um processo que impede a produção final.

Os agricultores integrados, patrões de si mesmos, não se deram conta de que são terceirizados da cooperativa e não cooperados como foram no passado, quando sobreveio o sonho da construção e estruturação das cooperativas. Essas se transformaram em empresas internacionalizadas para gerir interesses econômicos, abrindo mão dos objetivos sociais, do altruísmo, da solidariedade coletiva, conforme considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo apresentado caracteriza algumas importantes conclusões. Evidenciou que o capitalismo mundial atingiu todos os setores da economia e também as cooperativas brasileiras. Esse movimento não é diferente do que ocorreu com as cooperativas da região Oeste e incidentalmente com a Lar. Assim, identificou que ao passo que se inseria as diretrizes do capitalismo neoliberal, um caminho aberto pela organização das cooperativas e sua estruturação ligada ao campo, meios para que as empresas transnacionais e oligopolistas também chegassem ao campo por via privilegiada.

Isto tudo ocorreu com muito conflito de classe. Se por um lado os governos e as multinacionais intensificam as políticas neoliberais no campo, a resistência protagonizada pelos camponeses também foi intensa. O MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – fez o contraponto e demonstrou as contradições do sistema. Conforme intensificaram as políticas neoliberais no campo a resistência buscava o apoio popular para além do campo. Muitas foram as jornadas de lutas camponesas. O MST, em 1997, junto a outras organizações sociais organizou a Marcha dos 100 mil Pelo Brasil, protagonizando a luta contra o neoliberalismo no campo. A partir dessa data inaugurou o Abril Vermelho quando fazia jornadas de lutas em nível nacional com ocupações de terra. Por outro lado, os governos intensificaram os financiamentos da monocultura, dando incentivo de importações de tecnologias, com introdução e legalização dos produtos transgênicos. Nesse confronto, o neoliberalismo tomou conta do campo, e o agronegócio adquiriu *status* de sustentação da economia brasileira.

Com isso, as cooperativas que sobreviveram ao avanço do neoliberalismo no campo tiveram que se adaptar a lógica do agronegócio, deixando de lado sua essência de cooperação para estabelecer com os camponeses as parcerias, de duas vias. A primeira de fornecedora de insumos e tecnologias de propriedade das multinacionais. A segunda de organização da produção e compradora dos produtos primários para fornecimento do mercado nacional e internacional.

Os legados do cooperativismo: solidariedade, democracia, igualdade, foram deixados de lado pelas cooperativas que exploram a agricultura brasileira. Essas orientações estavam na Gênese do cooperativismo, afirma Marx (1977), que por sua vez, apontava a possibilidade do avanço do cooperativismo no combate ao

capitalismo, porém já alertava que havia intrínseco a estas organizações o risco de os trabalhadores se auto-explorarem, dado o fato de serem patrões de si mesmos, pois desde o seu surgimento já se deparavam com as imposições do mercado à produção.

Esse paradoxo que aponta Marx teve adesão da crítica feita por Rosa Luxemburgo (1979), pois esse fato contraditório está na essência das cooperativas, de transformar os operários em trabalhadores e ao mesmo tempo patrões de si mesmos, inviabilizariam a cooperação solidária, que certamente lhes impor a escolha de se transformar em empresas capitalistas ou deixarem de existir.

O estudo aponta que essa orientação, no que tange às cooperativas agroindustriais, é praticamente irreversível. Tanta sua irreversibilidade que o capitalismo neoliberal encontrou nessa forma de organização os elementos de sua nova vestimenta, o trabalho informal, precarizado, desregulado.

Com isso, é possível afirmar-se que está decretado o fim da cooperação, inclusive o gradual desaparecimento da cooperação também nas linhas de produção, reduzindo-se a apenas para atividades, que a tecnologia não permite a robotização, por enquanto.

A Cooperativa Lar não se diferencia em nada das empresas privadas, restando pouco dos elementos fundadores. A lei que regula as cooperativas se reduziu numa carta de intenções que não se realizou, tornando-se um mais arcabouço legal que não regula a fundo estas relações. Sendo em alguns pontos um óbice ao desenvolvimento capitalista neoliberal às mesmas, que as mesmas ignoram e sofre nenhuma fiscalização governamental.

As cooperativas integradas na complexidade das relações econômicas e produtivas se tornaram na prática em extensão das empresas transnacionais, transformando-se em espaço de venda de produtos dessas. Por tal razão que o mercado encontrou nelas um meio rápido para por seus produtos, insumos e tecnologias, diretamente ao agricultor, ao mesmo tempo em que controlam preços, produção e comercialização.

Os operários empregados pela cooperativa, especialmente os frigoríficos de abate e resfriamento, submetidos ao trabalho também precário, que apesar de regulado, tem em desfavor a destruição da saúde, dado à repetitividade, que impactam em graves danos físicos nos trabalhadores.

Diante disso tudo, este estudo conclui que não há diferença significativa nas relações de trabalho da Cooperativa Lar e outra empresa privada qualquer, a exemplo da Sadia S.A. Essa é uma empresa privada, que faz contratos de parceria com agricultores, contrata força de trabalho para produção nos frigoríficos, essa lançam nas costas dos parceiros, as despesas de contratação de trabalho volátil e temporário. Sobre o ombro da família dos agricultores sua super produção, incidentes de trabalho infantil dos filhos desses agricultores, tanto na produção de cereais, aves e suínos. Não há diferença significativa entre a organização do trabalho na Lar ou na General Motors nos EUA, conforme descreviam Antunes e Alves (2004).

Finalmente, a cooperação solidária somente figura na biografia da Lar, apenas. Sua distribuição de lucros em nada se diferencia de empresas que adotam a mesma lógica, que apenas serve como uma forma de incentivar que os trabalhadores produzam mais, gerando com isso sobre valor nas mercadorias produzidas.

O capitalismo neoliberal avançou no campo intensificando a exploração dos trabalhadores com o desregulamento das relações de trabalho. Já nas cidades, com a exploração dos operários nos frigoríficos (fábricas frias), um trabalho também precário é oferecido, favorecendo-se de salários baixos, trabalho de pouca formação escolar, simplificado ao extremo, que causa vários problemas de saúde nos operários, sem contrapartida dos órgãos governamentais no tratamento da saúde, lançando esse número de novos usuários ao já combalido SUS.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital**. Educação & Sociedade, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.
- ALEM, A.C.; CAVALCANTI, C.E. **O BNDES e o apoio à internacionalização das empresas brasileiras: algumas reflexões**. In: ALMEIDA, A. (Org). Internacionalização de empresas brasileiras: Perspectivas e Riscos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
- BENKO, Georges. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1996, 266p.
- BORGES, Ronan Eustáquio. **No meio da soja, o brilho dos telhados: a implantação da Perdigão em Rio Verde (GO), transformações e impactos socioeconômicos e espaciais**. 2006. 210 f. Tese (Doutorado em Geografia), IGCE/UNESP, Rio Claro–SP, 2006.
- CAETANO, R. **Distribuição espacial da indústria no PR**. Gazeta do Paraná, ano XIV, n.4327, Cascavel, 11/12/2004, p.06.
- CÊA, Georgia S. S.; MUROFUSE, Neide Tiemi. **Associação dos Portadores de LER (AP-LER) na luta pelos direitos dos trabalhadores de frigoríficos do oeste do Paraná**. In: TUMOLO, Paulo Sergio; BATISTA, Roberto Leme (org.). Trabalho, economia e educação: perspectivas do capitalismo global. Maringá: Práxis; Massoni, 2008, p. 421-436.
- DELGADO, N.G. **Política econômica, ajuste externo e agricultura**. In: LEITE, S.P. (org) Políticas públicas e agricultura no Brasil. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 2001, pp.15-52.
- DONDA JÚNIOR, Alberto. **Fatores influentes no processo de escolha da localização agroindustrial no Paraná: estudo de caso de uma agroindústria de aves**. 2002.
- ELIAS, Denise. **Globalização e agricultura no Brasil**. Geo UERJ, Rio de Janeiro, n.12, p.23-32, jul/dez.,2002.
- FERREIRA, Marcos Antonio Libardi. **Estudos de riscos à saúde do trabalhador e ao meio ambiente na produção de jóias e bijuterias em Limeira-SP**. Piracicaba, UNIMEP, Engenharia de Produção. Dissertação de Mestrado, 2005.
- FLEISCHFRESSER, V. **Modernização tecnológica da agricultura: contrastes regionais e diferenciação social no Paraná da década de 70**. Curitiba: Livraria do Chain: CONCITEC: IPARDES, 1988.
- FREITAG, L. da C. **Fronteiras Perigosas: migração e brasilidade no extremo-oeste paranaense (1937-1945)**. Cascavel: Edunioeste, 2001, 140p.

GRAZIANO da SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP – Instituto de Economia, 1996.

HONÓRIO, L.; RODRIGUES, S.B. **Aspectos motivacionais e estratégicos na internacionalização de empresas brasileiras**. Revista de Administração de Empresas, Edição Especial Minas Gerais, v. 46, 2006.

IPARDES/PR. **Leituras regionais: mesorregião geográfica oeste paranaense**. Curitiba, 2003.

JESUS, Paulo de & TIRIBA, Lia. *Cooperação*. In: CATTANI, Antônio David. *A Outra Economia*. Porto Alegre: Ed. Unitrabalho e Veraz Editores, 2003. p. 49-54.

LAR, Cooperativa Agroindustrial. **Balanco Patrimonial 2010**. Publicado no endereço eletrônico <http://www.lar.ind.br/v3/balancete/2010/index.php> acessado em 17 de maio de 2011.

LUXEMBURG, Rosa. "Reforma o revolución", in R. Luxemburg, *Obras escogidas*, Bogotá, Editorial Pluma, Tomo I, 1979.

KAGEYAMA, Angela (coord.). **O novo padrão agrícola brasileiro: do Complexo Rural aos Complexos Agroindustriais**. Campinas, s.n. 1987.

KONZEN, O. G. ZAPAROLLI, I. D. **Estrutura agrária e capitalização da agricultura no Paraná**. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, 28 (4): 155-173. Out./Dez. 1990.

MAGALHÃES, Marisa Valle; KLEINKE, Maria de Lourdes Urban. *Projeção da População do Paraná: tendências e desafios*. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 98, p. 27-43, jan./jun. 2000

MARX, Karl. "Manifesto do lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores, 1864", in K. Marx e F. Engels, *Textos 3*, São Paulo, Edições Sociais: 1977.

MARSCHAL, C. R. **Pequena Propriedade e Cooperativismo no Oeste do Paraná: um estudo a partir da Cooperativa Agroindustrial Lar** (Dissertação de Mestrado). Toledo: UNIOESTE, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, 2005.

MAZZALI, L. **O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização "em rede"**. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

MORAES, Antônio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia crítica: a valorização do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1993, 196p.

MORO, Dalton Áureo. **Transformações sócioespaciais decorrentes da modernização da agricultura no Estado Paraná**. In: ENCOINTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 15, 2000, Goiana. Anais: comunicações. Universidade Federal de Goiás, Instituto de estudos Sócio-ambientais, 2000.p.352-355.

MÜLLER, Geraldo. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: Hucitec, 1989, p.149.

NOJIMA, Daniel. **A continuidade do desenvolvimento agroindustrial no Estado**. Análise Conjuntural, v. 18, n. 7-8, p. 14-15, jul./ago. 1996.

OLIVEIRA, D. de. **Urbanização e industrialização no Paraná**. Curitiba:SEED,2001.

PERREIRA, Laercio Barbosa. **Análise da estrutura produtiva e do desempenho da agroindústria paranaense: período 1970-85**. Revista Economia e Sociologia Rural. Brasília, v, nº 2, p.31-49, Nov/dez. 1995.

PINHO, Diva B(1996).**Lineamento da legislação cooperativa brasileira**.Manual de Cooperativismo, v.3.São Paulo,CNPq.

RITOSSA, M. (2008) **A internacionalização de cooperativas agropecuárias: um estudo multi-método das cooperativas agropecuárias do estado do Paraná**. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Paraná.

ROCHA, A.; BLUNDI, M.D.S. **Revisitando as empresas exportadoras: uma análise do comprometimento das empresas brasileiras com o mercado externo**. In: ROCHA, A.; BLUNDI, M.D.S. (Orgs.) As empresas brasileiras na era da Internacionalização, Anais do II Workshop em Internacionalização de Empresas. Rio de Janeiro: COPPEAD/UFRJPRONEX/ CNPq, 2001.

ROLIM, Cássio F. C. **O Paraná urbano e o Paraná do agribusiness: as dificuldades para a formulação de um projeto político**. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n. 86, set./dez., 1995, -. 49-99.

SANTOS, J. A.; COSTA, I. **Ultrapassando outros como a erva-mate e a madeira com o objetivo de exportá-los através do Rio Paraná**. 2006.

SANTOS, M. **A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996, 308p.

SERRA, E. **“A Reforma Agrária e o Movimento Camponês no Paraná”**. In: XI Encontro Nacional de Geografia Agrária, Anais, vol.II. Maringá: UEM, 1992, pp.108-138.

VEIGA, Sandra Mayrink; FONSECA, Isaque. **Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação**.Rio de Janeiro: DP&A:Fase,2001.112 p. (Série Economia Solidária).